

*Fábio  
Silva*



Fls. 60

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO DE PAIVA ATA N.º 5 DE 27/04/2022

No dia 27 de abril de 2022, reuniu, pelas 20:30 horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho de Castelo de Paiva em sessão ordinária, a Assembleia Municipal (AM), com a seguinte ordem de trabalhos:

### Período Antes da Ordem do dia

1. Informações gerais e expediente.
2. Votação da ata da reunião ordinária de 25 de fevereiro de 2022.
3. Assuntos gerais de interesse municipal.
4. Apreciação da informação escrita da atividade da CM e da situação financeira do Município.

### Período de Intervenção do Público

5. Intervenção do Público

### Período da Ordem do dia

6. Apreciação e deliberação - Prestação de Contas 2021 – Relatório de Gestão
7. Apreciação e deliberação - Proposta para a isenção de juros, taxas de justiça e demais encargos nos processos de execução fiscal.
8. Apreciação e deliberação - Proposta para a integração do Saldo da Gerência do ano de 2021.
9. Apreciação e deliberação - Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Castelo de Paiva – Pagamento de faturas devidas pelo fornecimento de água (requerimento).
10. Descentralização de competências no domínio da educação – Contratos interadministrativos de delegação de competências.
  - 10.1. Apreciação e deliberação - Proposta de celebração de contratos interadministrativos de delegação de competências com os Agrupamentos de Escolas de Castelo de Paiva;
  - 10.2. Apreciação e deliberação - Minutas dos contratos.
11. Informação para apreciação e conhecimento da AM:



11.1. Regulamento de funcionamento da Equipa para a Igualdade da Vida Local.

11.2. Proposta de alargamento do âmbito da aplicação do suplemento de penosidade e insalubridade.

11.3. Compromissos Plurianuais – 1.º Trimestre de 2022

**Período de Intervenção do Público**

12. Intervenção do Público.

**Mesa:**

Presidente: Almiro Miguel dos Santos Rodrigues Moreira

Primeiro Secretário: António Pedro Maldonado Martins de Carvalho

Segunda Secretária: Ana Margarida Pinto da Rocha

**Membros Eleitos presentes na sessão:**

- Almiro Miguel dos Santos Rodrigues Moreira (GMPSD);
- José António da Costa Moreira da Rocha, em substituição de Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus (GMPS);
- António Pedro Maldonado Martins de Carvalho (GMPSD);
- Manuel António da Rocha Pereira (GMPS);
- Jorge Humberto Castro Rocha Quintas (GMMPM);
- Cláudia Vanessa da Silva Rodrigues Pereira (GMPSD);
- Maria de Fátima Reis Laranja Strecht Ribeiro (GMPS);
- Paulo Ramalheira Teixeira (UCPT);
- Carlos Filipe Gonçalves Trindade (GMPSD);
- Manuel António Fernandes Mendes (GMPS);
- António Luis da Costa Esteves (GMPSD);
- Rodrigo António Joaquina Pereira, em substituição de Sílvia Raquel Amaral da Cruz (GMMPM);
- António da Silva Pinto (GMPS);
- Ana Margarida Pinto da Rocha (GMPSD);
- Giselda Martins de Sousa Neves (GMPS);
- Sandra Manuela Cardoso da Cunha, em substituição de Paulo Carlos Alves Vieira (UCPT);

*[Handwritten signatures]*



- Manuel José Soares Marçal (GMPSD);
- João Luiz da Silva Vieira (GMMPM);
- Ângelo Soares Fernandes (GMPS);
- José Carlos Vieira Tavares, em substituição de Inês Duarte da Silva Martins (GMPSD);
- José Vieira Gonçalves (GMPS).

**Presidentes de Junta de Freguesia presentes na sessão:**

- António da Costa e Cunha (GMPSD);
- Joaquim Luiz Vieira Martins (GMPS);
- José António de Sousa Teixeira, em substituição do Presidente da Junta de Freguesia (GMPS);
- Francisco Manuel Fernandes Silva (GMPSD);
- Carlos Manuel da Silva Moreira (GMPSD);
- Carlos Alberto Moreira da Rocha (GMMPM).

**Elementos da Câmara Municipal (CM) presentes na sessão:**

Presidente da Câmara: José Duarte de Sousa e Rocha

Vereadores: José António Santos Vilela, Liliana Catarina Martins Vieira, José Manuel Moreira de Carvalho, António dos Santos Rodrigues, Vitor Manuel Quintas Pinho e Ricardo Jorge Martins Alves.

Verificada a existencia de quórum Sr. Presidente da AM declarou aberta a sessão pelas 20:35 horas.

O Sr. Presidente da AM deu nota dos seguintes pedidos de substituição para a presente sessão:

- Inês Duarte da Silva Martins, eleita pelo PSD, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redação atual, substituída pelo membro José Carlos Vieira Tavares, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 9.º do Regimento da AM, e no artigo 79.º da referida Lei.
- Paulo Carlos Alves Vieira, eleito pelo UCPT, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redação atual, substituído pelo membro Sandra Manuela Cardoso da Cunha, nos



termos do previsto no n.º 1, do artigo 9.º do Regimento da AM, e no artigo 79.ª da referida Lei.

- Sílvia Raquel Amaral da Cruz, eleita pelo MPM, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redação atual, substituída pelo membro Rodrigo António Joaquina Pereira, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 9.º do Regimento da AM, e no artigo 79.ª da referida Lei.

#### **Período Antes da Ordem do dia**

##### ***1. Informações gerais e expediente.***

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para agradecer o respeito que todos tiveram relativamente àquilo que tinha determinado na questão dos tempos de intervenção na sessão solene evocativa do 25 de abril de 1974. Disse que todos cumpriram e acabou por ser uma sessão mais leve, sendo que todos tiveram a oportunidade de expressar a sua opinião.

Agradeceu ao membro Manuel Marçal (GMPSD) enquanto membro que foi indicado pela Mesa para coordenar a parte artística das comemorações, quer do dia 24, quer do dia 25 de abril.

Agradeceu também ao Sr. Presidente da Câmara e à Vereadora Liliana Vieira por todo o apoio que deram à AM.

**Deliberação:** A AM tomou conhecimento.

##### ***2. Votação da ata da reunião ordinária de 25 de fevereiro de 2022.***

O membro Carlos Trindade (GMPSD) usou da palavra para dizer que na parte relativa às presenças falta registar a presença do Sr. Presidente da União das Freguesias de Sobrado e Bairros.

O Sr. Presidente da AM respondeu que vai ser feita essa retificação, tendo de seguida colocado a ata à votação.

**Deliberação:** Apreciada e aprovada por unanimidade pelos membros presentes na dita reunião.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fornos, Carlos Moreira (GMPSD), assistiu à sessão a partir desta altura.

##### ***3. Assuntos gerais de interesse municipal.***

*L. Andrade  
HHS*



Fls. 62

O membro Jorge Quintas (GMMPPM) usou da palavra para dizer que o dia 25 de abril foi comemorado de forma digna, com duas belíssimas intervenções de dois jovens Paivenses que nos dão uma certa garantia de que politicamente teremos futuro em Castelo de Paiva.

Deu nota da intervenção do membro Silvia Cruz (GMMPPM) em nome do GMMPPM, também ela uma jovem, que pela segunda vez, por motivos profissionais, não pode estar presente na sessão de hoje. Disse que as sessões da Assembleia Municipal devem ser marcadas com maior antecedência, porque assim o membro Silvia Cruz (GMMPPM) poderia estar presente sem terem de recorrer a substituições.

Deu também nota que a Assembleia Municipal, em colaboração com a Câmara Municipal, organizava as comemorações do 25 de abril, tendo, no dia 24, organizado um espetáculo muito bom, digno de ser transmitido em qualquer canal televisivo.

Lamentou que, certamente por impossibilidade, os membros da AM não tivessem estado presentes, o que foi pena, porque o espetáculo foi muito bom, e foi uma organização da Assembleia Municipal, tendo dado os parabéns ao membro Manuel Marçal pela organização do espetáculo.

Concluiu, informando que há dois candeeiros no Largo do Conde que não funcionam há alguns meses.

O membro Manuel Marçal (GMPSD) usou da palavra para agradecer as felicitações que lhe foram dirigidas em virtude da organização do espetáculo realizado no dia 24 de abril, integrado nas comemorações do 25 de abril de 1974, tendo referido que trabalhou com todo empenho e com todo o gosto.

Deu nota que gostaria de ver concretizada a marcação de uma passadeira da EN 224, em Real.

Referiu que a estrada que liga o Santo Adrião a Arouca está muito degradada, bem como, a estrada do Moinho e a estrada do loteamento do Vale da Mota.



O membro Fátima Strecht (GMPS) protestou que não está a ser respeitada a ordem das inscrições.

O Sr. Presidente da AM esclareceu que o membro Fátima Strecht (GMPS) deve ter reparado que disse no início que ia intercalar as várias forças políticas. Disse que se o PS entende que o membro Manuel Mendes deve ser o primeiro a falar que não há problema nenhum.

O membro Fátima Strecht (GMPS) perguntou qual é o critério?

O Sr. Presidente da AM respondeu que não há critério ....

O membro Rocha Pereira (GMPS) interrompeu a intervenção do Sr. Presidente da AM para dizer que não haver critério era anedótico.

O Sr. Presidente da AM respondeu que é ele quem conduz os trabalhos, tendo dado a palavra ao membro Ângelo Fernandes.

O membro Ângelo Fernandes (GMPS) usou da palavra para dizer que não pôde estar presente no espetáculo realizado no dia 24 de abril por motivos pessoais, apesar de que gostaria de ter estado presente.

Deu nota que que no centro do lugar da Póvoa .....

O Sr. Presidente da AM interrompeu a intervenção do membro Ângelo Fernandes (GMPS) para dizer que há termos que não permite. Disse que usar o termo canalha (membro Rocha Pereira) é muito feio por parte de um membro da Assembleia Municipal ...

O membro Rocha Pereira (GMPS) interrompeu a intervenção do Sr. Presidente da AM para dizer que este tem de ter a humildade de reconhecer que não há critério, e que quando o Presidente de um órgão orienta os trabalhos ....

O Sr. Presidente da AM interrompeu a intervenção do membro Rocha Pereira (GMPS) para dizer que se este quer fazer um ponto de ordem à Mesa, pede e vai ao púlpito: não admite que haja troca de palavras com a Mesa. Disse que percebia qual era a irritação do membro Rocha Pereira (GMPS).

Referiu que o Regimento não prevê que as inscrições sejam feitas por ordem, porque para isso teria que haver previamente uma ficha onde toda a

N.º Andar  
H.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
CASTELO DE PAIVA

Fls. 63

gente se inscrevesse, tendo questionado se o membro Rocha Pereira (GMPS) acha que é normal que em dez segundos que duraram as inscrições conseguissem decorar a ordem de catorze inscrições, quando toda a gente levantou a mão praticamente em simultâneo: não é possível.

Salientou que o critério que estabeleceu e que está escrito nos seus apontamentos foi o de intercalar os membros para que não haja intervenções seguidas de vários GM, o que não é de todo possível dadas as inscrições que ocorreram. Disse que mesmo assim, pôs os líderes das bancadas a falar em último, precisamente para poderem ter a oportunidade de, se quiserem, refutar alguma coisa de que se fale.

Portanto, referiu, o membro Jorge Quintas (GMMPM) falou em primeiro, porque foi logo o primeiro que viu a inscrever-se, tendo a falar em décimo primeiro lugar o membro Manuel Mendes (GMPS) e no décimo segundo o membro Carlos Trindade (GMPSD).

Salientou que assumia o critério, referindo que desde o início deste mandato que o membro Rocha Pereira (GMPS) estava a criar problemas que não ia alimentar.

O membro Ângelo Fernandes (GMPS) retomou a sua intervenção, dando nota do desleixo cometido ao nível de águas pluviais no centro de lugar da Póvoa, junto ao café, designadamente, a linha de água que está a nascente até à zona da capela. Disse que toda aquela linha de água vai desaguar numa caixa de drenagem que passa dentro da capela, e que estaria a aparecer no rés-do-chão da capela quando chove bastante.

Propôs a colocação de manilhas de drenagem junto do coreto, em torno da capela, e conduzir as águas para uma caixa existente junto à sacristia.

Deu nota que os respiros da ETAR de Pedorido estão muito baixos e as pessoas são incomodadas pelos maus cheiros, tendo sugerido que se elevem os respiros.

Deu também nota que o muro construído na Serrinha pelo anterior executivo ainda não estará pronto, tendo solicitado que logo que seja possível que se pavimente a via.



Referiu que nenhuma Junta de Freguesia está preparada para tapar buracos com massa betuminosa, porque passados quinze dias volta a estar tudo igual. Disse que a Câmara Municipal deveria ter uma equipa com máquinas para fazer o trabalho bem feito.

Desafiou o Sr. Presidente da Câmara a melhorar o troço de caminho florestal que vai desde a carreira de S. Lázaro até à entrada do concelho de Arouca.

O membro Paulo Teixeira (UCPT) usou da palavra para saudar a presença na sessão do membro Sandra Cunha (UCPT), quarta mulher da AM (Sr. Presidente da AM corrigiu que era a quinta).

Agradeceu à trabalhadora do Município Paula Macedo por lhe ter facultado uma mesa de apoio.

Manifestou a sua surpresa por não ter sido convocado para a reunião da Conferência de Líderes preparatória desta sessão da Assembleia Municipal, depois do acordo verbal celebrado com o Sr. Presidente da AM e com todos os partidos e grupos representados na AM no dia 15 de novembro de 2021. Disse que o Sr. Presidente da AM é soberano e terá as suas razões, tendo informado que participou em três reuniões presenciais e, uma ou duas, por outras vias.

Deu nota que estava a analisar a correspondência que recebeu há umas horas atrás, e da qual estava à espera desde dezembro de 2021 e desde 25 de fevereiro, tendo referido que não sabia se o Sr. Presidente da Assembleia leu o que lhe enviou, porque o que tinha perguntado em dezembro de 2021 e em fevereiro de 2022, foi onde é que estava a ser depositado o entulho do prédio “Marmoiral” que está em acabamento.

Questionou se o Sr. Presidente da Assembleia sabia qual é a data das guias que transportaram o entulho: são do fim de março e de ontem. Disse que isto é gozar com um membro da AM, isto é, ter feito uma pergunta em fevereiro à qual o Sr. Presidente da Câmara respondeu que estão a ser levados para um entulho; pediu as guias e estas são do final de março, tendo dito que não percebia, porque são seis guias quase todas seguidas, e

que no final da reunião podia dar-lhe o número da matrícula dos camiões que tiraram aquele entulho para Bairros e para Sobrado (último entulho daquela obra foi para menos de quinhentos metros de distância daquele prédio).

Referiu que ou o Sr. Presidente da Assembleia foi enganado por quem lhe deu os documentos, só pode ter sido, porque nenhuma das matrículas dos camiões que transportaram coincide com as que estão na guia, e nenhum dos camiões que foram efetivamente usados é propriedade do proprietário que está na guia.

Deu nota que ainda há perguntas sem resposta.

Saudou a colocação do sintético no campo de jogos “Manuel Emílio dos Santos”, em São Martinho, cuja infraestrutura principal teve o gosto de inaugurar a 30.6.2001.

Informou que a estrada de Vila Verde/Casas Novas, em São Martinho, é um autêntico calvário para quem ali diariamente circula, com abatimentos no piso que destroem completamente as suspensões das centenas de carros que diariamente a usam. Perguntou o que é que a Câmara Municipal já fez para executar a garantia prestada pelo empreiteiro que colocou ali o último pavimento?

Deu nota que na reunião do executivo municipal de 25 de março, foi referido pelo executivo, num primeiro momento, que as fossas do loteamento do Outeiro, em Real, estavam a ser despejadas em Montouro, São Martinho. Disse que num segundo momento foi referido que afinal eram despejadas em Oliveira Reguengo, tendo ficado sem saber afinal em que lugar e freguesia estavam a ser depositados os detritos retirados das fossas do loteamento do Outeiro.

Referiu que na nota de imprensa do Município sobre a reunião e visita do “IPTM – Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos” a Castelo de Paiva, e porque a mesma não o refere, que gostava de saber o que é que foi falado nessa reunião sobre o Cais de Boure, em Sardoura, que se encontra desativado e sem movimento portuário há mais de um ano.

N



Fls. \_\_\_\_\_

Deu nota que no relatório do Conselho de Administração da “APDL – Administração dos Portos do Douro e de Leixões” é referido que uma parte do valor da taxa de concessão do Cais de Sardoura reverte para o Município de Castelo de Paiva. Perguntou se o Sr. Presidente da Câmara tem conhecimento disto, e se sim, se sabe qual o valor em causa?

Deu também nota que a imprensa falada e escrita tem feito alusão ao processo judicial denominado “Operação ETER – Lojas de Turismo”, em que é referido um ex. autarca de Castelo de Paiva. Perguntou o que é que o Sr. Presidente da Câmara pode informar sobre este processo que poderá estar a envolver o Município de Castelo de Paiva?

Informou que na reunião de Câmara de 14 de janeiro de 2022, foi dito que iria ser feita uma auditoria financeira e ao funcionamento da Câmara Municipal, tendo também sido dito que uma das empresas que teria sido contactada foi a “Deloitte”. Questionou, mais de três meses volvidos, qual é o ponto de situação dessa auditoria; se já começou; se já há resultados e qual é a empresa que a realizou ou vai realizar?

Disse que na AM de 25 de fevereiro de 2022, vários membros deste órgão levantaram questões sobre a empreitada de construção da rotunda do Côto. Referiu que a obra teve início no princípio de janeiro, e que no final de fevereiro as principais infraestruturas estavam realizadas. Perguntou o que é que levou a Câmara Municipal, quase dois meses depois da obra estar no terreno, e na véspera da dita sessão, a fazer um ajuste direto por 181 dias, no valor de 5.000,00€, para a fiscalização da obra; se isso não devia ter sido feito antes da empreitada ter tido início?

Deu nota que gostava de ter acesso ao relatório da fiscalização da empresa “GESTTOWN, Lda.”, relativo à obra efetuada no Largo do Conde.

Deu também nota que na última reunião da AM de fevereiro alguém questionou sobre o ponto de situação do Grupo de Trabalho “Testamento do Conde”, e que para além do facto da Rádio Paivense o ter feito publicamente, não poderia deixar passar esta Assembleia sem o fazer.

*[Handwritten signature]*



Fls. 65

Disse que no dia 15 de janeiro o Grupo de Trabalho (GT) reuniu e, entre outros assuntos, decidiu solicitar às atuais duas usufrutuárias e ao Dr. Bernardo Alegria, uma reunião/visita à Casa da Boavista. Posteriormente, disse, no dia 9 de fevereiro reuniram para preparar as visitas ocorridas a 19 de fevereiro (Dr. Bernardo Alegria) e a 5 de março (Brites Almeida).

Informou que na sequência destas reuniões/visitas, receberam muita documentação e informações muitíssimo importantes que urge tratar e analisar.

Informou também que na reunião de 15 de janeiro (s.m.o.), ficou também decidido que seria muito útil ouvir a D. Irene Almeida, a última habitante da Casa da Boavista, com o seu marido Viriato (falecido em agosto de 2019). Disse que esta diligência, mais necessária agora se torna, face à informação obtida nas reuniões/visitas efetuadas e atrás mencionadas.

Referiu que uma vez que esta é uma Assembleia Municipal de prestação de contas, e porque face ao atrás referido, ainda têm muitas diligências a realizar e informações a obter, trazia este assunto, dado que, tem pena de até esta sessão da AM não terem realizado uma reunião para darem continuidade ao trabalho deste Grupo, e poderem dar hoje alguma informação para apresentar a quem os elegeu para essa função, apesar de o ter solicitado atempadamente.

Deu nota que foram recentemente encontrados mais objetos que tinham desaparecido (quem os adquiriu já os devolveu), havendo neste momento objetos localizados em França e nos EUA.

Alertou para a existência de uma escritura que foi feita de um artigo rústico em Vegide que merece ser analisada. Disse que no dia 31 de março enviou um e-mail ao Coordenador do Grupo de Trabalho e aos restantes membros a alertar para esta situação, reiterando aqui mais uma vez da sua parte, a dispensa da senha de presença da reunião, caso se venha a realizar, como espera, uma reunião do GT.



*(Handwritten signature)*

Salientou que foram eleitos para este Grupo de Trabalho e têm de apresentar resultados, porque têm ainda muito trabalho pela frente e há mais de 53 dias que não reúnem ou decidem algo.

Concluiu, referindo que apesar de ontem ter sido contatado pelo Coordenador do GT, e em que deu conta desta situação, foi informado do agendamento de uma reunião do GT para o próximo dia 3 de maio.

O membro Manuel Mendes (GMPS) usou da palavra para fazer um ponto de ordem à Mesa. Disse que na altura da inscrição reparou que foi o primeiro a inscrever-se, apesar de isso ser irrelevante para o caso.

Deu nota que quando o Sr. Presidente da AM foi questionado sobre a ordem de intervenções dos membros, a primeira coisa que disse foi que não havia critério; passo seguinte disse que o critério adotado foi que falariam todos alternadamente, e que daria oportunidade a que o líder do GM fosse o último a falar do grupo, tendo questionado o líder do GMMPPM se houve alteração do líder da bancada?

O membro Jorge Quintas (GMMPPM) respondeu que não.

O membro Manuel Mendes (GMPS) perguntou qual era então o critério, se era o livre arbítrio?

O Sr. Presidente da AM respondeu que teve a oportunidade de dizer que o membro Jorge Quintas (GMMPPM) disse em primeiro lugar e que ele (Presidente da AM) falhou nesse critério.

O membro Manuel Mendes (GMPS) retorquiu que não deixava de ser curioso que o Sr. Presidente da AM, antes de começar a dar a palavra aos membros da Assembleia Municipal, leu a lista de inscritos, e o primeiro nome que estava escrito era o seu. Disse ao Sr. Presidente da AM que podia continua a conduzir os trabalhos, mas com bom critério.

O Sr. Presidente da AM respondeu que teve a oportunidade de fazer a lista, mas não sabia a ordem em que cada um se inscreveu, porque não tem a capacidade de estar a olhar para a Mesa e ao mesmo tempo ver quem é que se inscreveu em primeiro lugar. Disse que o que escreveu foi o que lhe foram dizendo os Secretários da Mesa, pelo que a ordem que tem escrita é



*Liliana Hora*

Fls. 66

o Manuel Mendes (GMPS), Fátima Strecht (GMPS), Vanessa Pereira (GMPSD), Paulo Teixeira (UCPT), Jorge Quintas (GMMPM), João Vieira (GMMPM), António Rocha Pereira (GMPS), Manuel Marçal, (GMPSD) Carlos Trindade (GMPSD) e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real (GMMPM): não sabe se foi esta a ordem de inscrição, foi a ordem que lhe foi relatada.

Referiu que se seguisse a ordem que escreveu teriam três membros do GMPS a falar, e certamente que outros estavam agora a dizer que estava a dar preferência ao PS.

Salientou que não reparou que o membro João Vieira (GMMPM) se tinha inscrito, e por isso, entre o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real (GMMPM) e o membro Jorge Quintas (GMMPM) pôs este último em primeiro lugar, e quando ordenou as intervenções, optou por pôr os líderes dos GM em último, porque lhe pareceu ser o mais digno. Disse que só depois é que reparou que o membro João Vieira (GMMPM) também estava inscrito, mas já tinha dado a palavra ao membro Jorge Quintas (GMMPM), dai que quando referiu na sua intervenção exceto Jorge Quintas (GMMPM), foi porque não tinha reparado.

O membro Manuel Mendes (GMPS) interveio novamente para questionar se isso era exercer a democracia.

Disse que o Sr. Presidente da AM se acha no direito de escolher quem é que dos GM é o ultimo a intervir, questionando se é esse o seu critério.

O Sr. Presidente da AM respondeu que não ia continuar com esta discussão que é absolutamente estéril e que não contribui em nada para o desenvolvimento da AM.

Referiu que se o líder do GM lhe disser que quer ser o próximo a falar do PS, que lhe dará a palavra para ser o próximo do PS a falar, tendo reiterado que fixou um critério que lhe pareceu digno, e que não lhe parece nada de outro mundo que o líder fale em último lugar, porque normalmente é assim. De seguida, deu a palavra ao membro João Vieira (GMMPM).



O membro João Vieira (GMMPM) usou da palavra para questionar em que situação é que se encontra o património da “ADEP – Associação de Defesa e Estudo do Património Histórico e Cultural de Castelo de Paiva” em relação à sua envolvência.

Disse que saiu da Assembleia Municipal uma recomendação sobre o Parque das Tílias para apreciação e deliberação, tendo perguntado se foi feita alguma coisa nesse sentido. Referiu que parece que há interesses imobiliários para aquela zona, esperando que a Câmara Municipal seja fiel à conservação e à preservação de toda aquela área, já que está em causa um valioso património que data do século dezanove e que é uma mais-valia para os Paivenses e para Castelo de Paiva.

Perguntou quando é que está prevista a conclusão da obra de requalificação do arruamento de Curvite.

O membro Fátima Strecht (GMPS) usou da palavra para manifestar o seu desagrado perante aquilo que considera ser as más condições de trabalho dos membros da AM (estão uns em cima dos outros).

Referindo-se à prova de ciclismo ”Porto/Gaia Granfondo” que passou no nosso concelho no passado dia 20 de março, disse que não tendo nada contra esse tipo de eventos, porque promovem a vinda de pessoas novas e mais diversificadas a Castelo de Paiva, que fazia um reparo relativamente aos constrangimentos que causou a quem cá vive e trabalha, apesar de ser um domingo. Disse que houve pessoas que desabafaram consigo porque chegaram atrasadas ao seu posto de trabalho, em virtude de determinadas ruas estarem cortadas (também houve quem chegassem atrasados à missa).

Apelou para que da próxima vez que haja outro evento, apesar de terem sempre de existir constrangimentos, se evite cortar as estradas o mínimo possível, e que se dê publicidade antecipada ao evento para que as pessoas possam organizar a sua vida.

Sobre a realização de uma feira quinzenal extraordinária, disse que nada tinha contra o facto de terem sido realizadas três feiras na quinzena de 6 a 21 de abril.

*T. Antunes  
H.A.*



Fls. 67

Reconheceu que com a pandemia os vendedores ambulantes foram dos que mais sentiram a falta de feiras, mas também devem estar atentos ao comércio local, porque houve três setores ligados ao vestuário, ao calçado e sobretudo os floristas, que também se ressentiram muito.

Defendeu que tem que haver um equilíbrio na proteção de todos, não se podendo descurar quem cá está todos os dias com uma porta aberta, a pagar os seus impostos, com custos de eletricidade cada vez mais altos, com rendas elevadas, pelo que, urge promover o comércio local que, na sua opinião, está morto. Disse que alguns comerciantes estão a ponderar fechar as portas, o que implica que o concelho fique mais parado, ainda mais morto, e com mais pessoas no desemprego, pelo que, há que conciliar esses interesses com a proteção do comércio local.

Deu nota que o Largo do Conde está votado ao abandono.

Disse que com certeza que a obra não era feita, ou se fosse feita pelo atual executivo, se calhar, seria totalmente diferente, porque, se calhar, não gostaram do projeto (todas as opiniões são respeitáveis).

Referiu que na última sessão da AM, o Sr. Presidente da Câmara informou que seriam criados lugares de estacionamento de duração limitada, mas tem verificado que se está a misturar um espaço que seria apropriado para ser unicamente pedonal, com o estacionamento de veículos que, contrariamente ao que o Sr. Presidente da Câmara disse, não são de duração limitada.

Deu nota que os nossos jardins estão muito abandonados.

Manifestou a sua preocupação com o que considerou ser a falta de policiamento no Largo do Conde e áreas envolventes. Disse que ainda é do tempo em que a “GNR – Guarda Nacional Republicana” fazia a ronda durante a madrugada, mas que agora nem de dia, nem de noite, que se descurou totalmente o centro da Vila: é ali que existem as instituições bancárias, o posto dos Correios, as paragens de autocarros, algum comércio.



Apelou ao Sr. Presidente da Câmara que nas reuniões que certamente mantém com o comando da “GNR – Guarda Nacional Republicana”, que peça para que apareçam mais agentes no Largo do Conde, porque raramente vê agentes a fazer a ronda a pé, não há policiamento.

O membro Rocha Pereira (GMPS) usou da palavra para dizer que foram empossados no dia 16 de outubro, no seguimento dos resultados das eleições autárquicas de 26 de setembro, e no que respeita aos órgãos autárquicos de âmbito municipal o PSD, para a Câmara Municipal, obteve três eleitos, o PS dois e os movimentos não partidários também dois elementos; para a Assembleia Municipal, eleitos diretos, o PSD obteve oito, o PS oito e os movimentos não partidários cinco. Disse que com as respetivas inherências resulta uma composição global da Mesa da Assembleia com o PSD com onze elementos, o PS com dez e os movimentos não partidário com seis, ou seja, em nenhum dos dois órgãos há maioria de um só partido, não obstante, e apesar disso, foram viabilizados quer a nível de Câmara Municipal, quer a nível da Assembleia Municipal, os instrumentos fundamentais da governação, nomeadamente, o Orçamento, as GOP's e o Mapa da Pessoal.

Não obstante, disse, a Mesa da Assembleia Municipal é composta exclusivamente por membros de um único partido e, além disso, o PSD indicou para Coordenador do grupo de trabalho do “Testamento do Conde de Castelo de Paiva”, não o Presidente da Mesa, como anteriormente acontecia, mas o Exmo. Sr. Secretário, e se calhar, ainda bem.

Referiu que está aqui para incomodar aqueles que não se reveem naquilo que estava a dizer, porque um grupo municipal desta importância, não ter o Presidente da Assembleia a coordená-lo, terá que ter a respetiva leitura política.

Salientou que importa recordar, porque são factos, que a Câmara Municipal escolheu, e muito bem, os assessores que entendeu; distribuiu os pelouros de acordo com o critério que entendeu, e muito bem, não obstante, e que se saiba, não estabeleceu qualquer tipo de acordo ou de acordos, qualquer tipo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
CASTELO DE PAIVA

Fls. 68

de coligação ou coligações, o que está inquestionavelmente no seu direito. Deu nota que já aqui foi dito, e que reiterava, que não será o PS a inviabilizar os instrumentos fundamentais de que a Câmara Municipal necessita para fazer o seu trabalho.

Referiu que seis meses volvidos desde a posse dos órgãos autárquicos, entende que é hora do PS assumir o seu papel de líder da oposição: o estado de graça reinante até ao momento terminou, porque o PSD teve 12 anos para se preparar para o exercício do poder, o Sr. Presidente da Câmara teve 4 anos para tal, e encontrou a Câmara Municipal num excelente nível. Disse que do ponto de vista financeiro é incomparavelmente melhor a situação que lhe foi deixada comparativamente com a que o Dr. Gonçalo Rocha encontrou: hoje a Câmara Municipal pode recorrer à banca, o que é importante em conjugação com os fundos comunitários e a apresentação de candidaturas que se traduzem na busca de respostas para os problemas fundamentais que afetam o município, seja ao nível do “Portugal 2030”, seja ao nível do “PRR – Plano de Resolução e Resiliência”.

Deu nota que outro fator fundamental tem a ver com o trabalho que foi desencadeado com vista à apresentação de candidaturas de obras estruturantes relativamente ao nosso Município, e que de algum modo estão salvaguardadas, e que são fundamentais.

Salientou o trabalho que foi desenvolvido ao nível da habitação, ao nível das acessibilidades, no ensino e recuperação de edifícios escolares, emprego e industria, saneamento, e que são efetivamente dossiers que já estavam iniciados. Disse que não está a falar em obras concretizadas, às quais fará uma pequena referência, mas que não é só ao nível das grandes obras que já há trabalho desenvolvido (processos em curso), como por exemplo, a Ponte Velha de Pedorido, o Cavalete do Fojo, a reabilitação da EB1 de Oliveira do Arda, etc.

Disse ao Sr. Presidente da Câmara que todos sabem que há um ponto fundamental que se coloca a qualquer político quando é confrontado com qualquer assunto da maior importância, que é o seguinte: é preciso ter



ideias, fazer projetos, apresentá-los e aprová-los, obter financiamento, abrir concursos, iniciar as obras, fiscalizá-las e realiza-las, ou seja, é muito o tempo que é exigido desde a ideia até a concretização. Referiu que isso remete para outra coisa que é a necessidade imperiosa de haver planeamento, porque as obras que começarem a ser agora riscadas no papel, por muito esforço e muito empenho que haja da parte do Sr. Presidente da Câmara, muito provavelmente não serão concretizadas neste mandato, pelo que agora entenderá melhor aquilo que falou em relação a obras, algumas de há décadas, pelas quais lutaram e ainda não estão concretizadas.

Perguntou o que é que neste momento, depois de tudo o que referiu, o Sr. Presidente da Câmara tem a anunciar relativamente a algo que esteja a ser projetado para o futuro próximo; se vai, ou não, haver uma aposta séria, fundamentada nesse sentido ou, pelo contrário, vai o Sr. Presidente da Câmara limitar-se a dar sequência ao trabalho desenvolvido pelo anterior executivo, e que tem a ver com as obras.

Em relação à Variante à EN 222, questionou que reuniões, quantas e onde é que tiveram lugar com a equipa projetista; quantas reuniões foram feitas com a “APA - Associação Portuguesa do Ambiente”; que reuniões tiveram lugar com a “Infraestruturas de Portugal”. Disse que se não houver uma pressão permanente junto dessas entidades vamos ficando cada vez mais para trás.

Relativamente à questão da habitação, referiu que a meta é termos habitação nas nove freguesias, tendo perguntado qual é o critério que a Câmara Municipal tem seguido relativamente à aquisição dos terrenos; que tipo de relação estabeleceu com as Juntas de Freguesia em relação a essa matéria; que critérios foram adotados ou vão ser adotados? Disse que quando se define um terreno, um local para a construção, naturalmente que os vizinhos desse local vão ser beneficiados, e começa-se a ouvir certas coisas relativamente aos critérios, tendo perguntado ao Sr. Presidente da Câmara o que é que tem a dizer relativamente isso.

*H. J. da C.  
H.A.*



Fls. 69

Perguntou se tem algum fundamento o dizer-se que há a intenção de vender o edifício do antigo externato Alfredo Vieira Guedes?

Concluiu, referindo que doravante o Sr. Presidente da Câmara pode contar com uma perspetiva mais incisiva, mais atuante, quer em termos críticos, quer em termos de alternativas por parte do PS.

O membro Vanessa Pereira (GMPSD) usou da palavra para felicitar o Sr. Presidente da AM e o membro Manuel Marçal (GMPSD) pela organização das iniciativas de comemoração do 25 de abril de 1974.

Dirigindo-se ao membro Rocha Pereira (GMPS), disse que estão ambos na vida política há doze anos (membro Rocha Pereira estará há mais tempo porque já tinha sido Vereador), e achou interessante a sua intervenção, não se lembra de ver uma intervenção parecida quando, em 2010, era líder do CDS na Assembleia Municipal, e quando o executivo anterior entrou em funções. Disse que reconhecia que agora fazendo parte da oposição devem fazer o seu trabalho, mas que não podia deixar de dar essa nota.

Deu nota que no âmbito da representação que faz em nome da Assembleia Municipal no “Conselho de Saúde da Comunidade”, foi remetido aos membros daquele conselho um diagnóstico da situação da saúde no “ACES – Agrupamento de Centros de Saúde do Vale do Sousa – Tâmega/Sul”, que é composto pelos concelhos de Penafiel, Paredes e Castelo de Paiva. Disse que esse diagnóstico faz um retrato da situação dos três municípios, e em particular do nosso, designadamente, ao nível do índice de envelhecimento, ao nível da taxa de natalidade, ao nível do índice de decréscimo de população, ao nível dos serviços de saúde que são prestados e aquilo que poderá ser o futuro para os serviços de saúde no período pós pandémico, ao nível de áreas específicas a que o “ACES – Agrupamento de Centros de Saúde do Vale do Sousa – Tâmega/Sul” dá importância, nomeadamente, a obesidade, as diabetes, e todas aquelas doenças que afetam muito a nossa população.



Referiu que como está em representação da Assembleia Municipal, vai enviar o relatório ao Sr. Presidente da AM para que o possa distribuir aos membros da AM para conhecimento.

Informou que vai haver uma nova reunião do conselho no dia de amanhã, tendo colocado o seu e-mail, que é público, à disposição dos membros da AM para alguma questão mais específica no âmbito da saúde que queiram que ela coloque ao “Conselho de Saúde da Comunidade”.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real, Carlos Rocha (GMMPM), usou da palavra para agradecer à Câmara Municipal o apoio logístico prestado na organização da Feira do Vinho de Real, em particular aos trabalhadores municipais, bem como, aos trabalhadores da Junta de Freguesia.

Concluiu, referindo que gostaria que os trabalhos da AM decorressem com calma, tranquilidade e respeito.

O Membro José António Rocha usou da palavra para manifestar o seu agrado por mais uma vez terem celebrado o 25 de abril de 1974 em Castelo de Paiva.

Deu nota que está a decorrer um processo simplificado de registo de prédios rústicos chamado ”BUPI - Balcão Único do Prédio”, tendo perguntado ao Sr. Presidente da Câmara em que ponto é que está a adesão do Município a este sistema?

Perguntou também se já está ser feita a comunicação eletrónica por parte do Município de todas as licenças, loteamentos, autorizações?

O membro Carlos Trindade (GMPSD) usou da palavra para dizer que relativamente ao espetáculo realizado no auditório no qual esteve presente, assim como estiveram outros membros da AM, que foi um espetáculo bonito, digno de se dar os parabéns a todos os intervenientes, digno de se celebrar o 25 de abril.

Referindo-se ao Largo do Conde, disse que não podem deixar passar em claro que sete árvores não passaram do outono para a primavera, e duas estão moribundas. Disse que se está a falar de um investimento, se não está



ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
CASTELO DE PAIVA

Fls. 70

em erro, de 15.000,00€ mais IVA, o que os preocupa, como também os preocupa o estado em que está o piso do Largo, que já terá sido intervencionado por três vezes, para não falar também na Rua Direita: aquilo que se dizia que ia ser a imagem de marca do anterior executivo, que era a grande obra, ficou ali um quisto que deseja que não fique num cancro, porque sabem que existe um prazo de garantia, mas que os preocupa o facto de volvido esse prazo de garantia é o Município que tem de suportar todos os encargos para as reparações, algo que não vai ficar nada barato.

Salientou que está à vista o estado em que está a obra e os problemas que tem levantado, mas que também foi aqui falada a questão do comércio local que também os preocupa. Disse que têm duas soluções que não lhe agradam: uma, que poderia ser cortar o trânsito de forma definitiva, mas também têm de pensar o que é que será do comércio local; a outra, que o GMPSD equacionou, mas afastou, por ser uma alteração do piso para a circulação de veículos, e que pode colidir com o facto de ter sido uma obra financiada.

Referindo-se à intervenção do membro Fátima Strecht (GMPS), disse que a machadada no comércio local foi dada pelo PS: quantos lugares de estacionamento havia neste local e quantos é que existem agora, questionou. Disse que se vão existir foi porque o atual executivo achou por bem criar esses estacionamentos, caso contrário não os teriam.

Salientou que tinham um Largo dinâmico, com bastante gente, e hoje chega às 21 horas ao Largo do Conde e não vê “viva alma”, nem viaturas a circular ou estacionadas, o que lamenta.

Deu nota que no que concerne à Rua Mário Sacramento, foi intervencionada, foi melhorada, mas constataram que já houve abatimentos em diversos locais.

Deu também nota que os restos de materiais que estão depositados ao fundo do Largo da Feira não significam aquele local a quem chega a Castelo de Paiva.



Referiu que uma vez que aqui foi falado, e como faz parte do Grupo de Trabalho do “Testamento do Conde de Castelo de Paiva”, que efetivamente o Sr. Presidente da AM não faz parte do grupo, mas que também não é menos verdade que o critério foi que faria parte o seu Secretário, em virtude de ter feito parte do Grupo de Trabalho anterior. Disse que se o PS tinha um membro que transitava do Grupo de Trabalho anterior para este, acharam por bem também ter um membro do anterior grupo a transitar para o atual, pelo que, acha que devem ter honestidade intelectual e serem capazes de explicar às pessoas o que se passou na realidade.

O membro Manuel Mendes (GMPS) usou da palavra para dizer que por motivos de saúde não lhe foi possível estar presente na última sessão da Assembleia Municipal, na qual foi visado por várias vezes direta e indiretamente pelo Sr. Presidente da AM aquando do adiamento da votação do Regimento. Disse que numa das vezes, que irá citar, está na ata, ouviu pela comunicação social e na gravação que lhe foi cedida pelos serviços municipais para perceber o contexto em que as palavras foram proferidas, o Sr. Presidente da AM disse a seu respeito sobre a inclusão das grelhas “da discórdia”, “... O Sr. Presidente da AM usou novamente a palavra para dizer que só estranha que a proposta das grelhas tem vindo do PS para garantir a proporcionalidade da intervenção da Assembleia Municipal...”.

Dirigiu-se ao Sr. Presidente da AM para dizer que aquilo era mentira, porque a primeira pessoa que sugeriu a criação de grelhas foi o Sr. Presidente da AM, num e-mail de 26 de novembro de 2021 enviado a todos os líderes municipais, no qual propõe a elaboração das grelhas “da discórdia”, que mais tarde, a 15 de dezembro de 2021, o PS responde com uma contra proposta em que mostra claramente que discorda das grelhas propostas pelo Sr. Presidente da AM.

Informou que neste sentido, não obstante a troca de correspondência, houve duas reuniões com os líderes parlamentares, numa delas sem gravação, e na segunda reunião, em que foi abordada mais arduamente a questão do Regimento, houve gravação, que curiosamente desapareceu, estavam mais

*[Handwritten signature]*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
CASTELO DE PAIVA

Fls. 71

pessoas presentes, e em momento algum o PS e ele sugeriram a criação de grelhas, principalmente aquelas grelhas no Regimento.

Disse que não admitia ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal e a qualquer membro da AM que use a mentira através do seu nome para influenciar o quer que seja, tendo solicitado que se retrate das declarações que fez na última AM sobre a sua pessoa.

Salientou que não obstante as declarações, o Sr. Presidente da AM, em pleno exercício das suas funções, momentos antes, conforme está na ata, disse, e citou: "... o Sr. Presidente da Assembleia Municipal disse que também tinha de dar nota, principalmente ao PS, dizendo-lhe que se não está de acordo com o seu líder que o mude, ou então que mande outro representante às reuniões de Conferência de Líderes, porque começa a ser frequente o GMPS tomar uma posição nestas reuniões, e chegar à Assembleia Municipal e fazer de conta que não há líder. Disse que se não está satisfeito com o seu líder, que deve refletir internamente se o líder não representa bem os membros e tomar as decisões que devem tomar...".

Questionou se é função do Sr. Presidente da AM interferir na gestão interna dos GM; se é esta paz que o Sr. Presidente da AM tanto apregoou e quer transmitir a este órgão; são esses os valores de abril que tanto anunciou há dois dias atrás?

Concluiu, referindo que o Sr. Presidente da AM deve rever a sua postura, deve retratar-se, seja na questão que interfere diretamente consigo, seja no que diz diretamente respeito com a gestão interna do GM.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para dizer que ia dar algumas notas relativamente a questões que foram dirigidas diretamente à Mesa e ao seu Presidente.

Referindo-se à intervenção do membro Paulo Teixeira (UCPT), e à sua surpresa por não ter sido convocado para a reunião da Conferência de Líderes, disse que a democracia é exatamente isto: nem sempre podemos fazer aquilo que é a nossa intenção e opção pessoal. Disse que gostaria que o UCPT fosse um GM, pessoalmente teria convocado o membro Paulo



Teixeira (UCPT) para esta reunião da Conferência de Líderes, como fez para as anteriores, acontece que na última AM aconteceu uma coisa relevante que obriga o Presidente da AM a cumprir, e a fazer cumprir, o Regimento.

Deu nota que na última AM foi decidido, por maioria, que o Regimento atual pode permanecer em vigor por tempo indeterminado, e por isso tem, ainda que contra a sua vontade pessoal, que respeitar a maioria: isso é que é a democracia.

Salientou que mesmo não concordando com as opções, porque o seu voto foi um dos votos vencidos naquela decisão, tem que respeitar, e por isso, tem que cumprir e fazer cumprir o Regimento quer nessa matéria, quer noutras que o documento também lhe impõe.

Deu nota que o atual Regimento também não permite que se criem grupos municipais com menos de três membros e a Conferência de Líderes é para os líderes dos GM.

Referindo-se à intervenção do membro Fátima Strecht (GMPS) sobre a falta de condições de trabalho, disse que era caricata, porque o Salão Nobre é o mesmo há vários anos, sempre teve cinco cadeiras por linha, e nunca viu nenhum membro de uma AM poder ter um local de suporte para os seus documentos, pelo que não percebia como é que agora há falta de condições de trabalho.

Sobre o Testamento do Conde, a sua ausência do grupo de trabalho, disse que quando se fala em maiorias e minorias, e o membro Rocha Pereira (GMPS) teve o cuidado de decifrar que a AM é composta por 27 membros, tendo o PSD apenas 11, lembra que aquando da criação do GM, o PS (vão dizer agora que é mentira) achou que dada a atual representação da AM que tem dois partidos, mais dois grupos de cidadãos (passava a quatro), se a Mesa, à semelhança do anterior mandato, estivesse toda no grupo de trabalho, seria composto por sete pessoas. Disse que por proposta do PS, achou-se que se deveria reduzir o número de membros e que a Mesa deveria estar representada apenas por uma pessoa, tendo o GMPSD e a

*L. Marçal  
AM*



Fls. 72

própria Mesa concordado com essa proposta e, naturalmente, com essa limitação, reconduziu o 1.º Secretário da Mesa, Pedro Maldonado, que tem toda a capacidade para o fazer, não achando que o grupo esteja limitado nos seus trabalhos pelo facto do Presidente não estar lá apresentado.

Deu uma nota positiva ao membro Vanessa Pereira (GMPSD) por ter transmitido à AM algumas das coisas que se passaram no “Conselho da Saúde da Comunidade” enquanto representante indicada pela Assembleia Municipal. Disse que é uma boa prática que poderia ser acompanhada pelos demais membros que representam a AM noutras comissões.

Sobre as declarações proferidas na última AM a propósito do Regimento, referiu que o que disse não é mentira.

Disse que o membro Manuel Mendes (GMPS) certamente está lembrado que uns dias após a AM lhe telefonou (Presidente AM) e reconheceu que foi excessivo nas suas declarações, conforme já tinha reconhecido pessoalmente.

Salientou que quando o próximo Regimento vier à AM terá grelhas se o PS entender que deve ter grelhas; se o PS entender que não deve ter grelhas serão retiradas, porque estão numa casa da maioria.

Referiu que o GMPSD já disse que é a favor das grelhas, pelo que se o PS também for a favor, o PSD mais o PS têm maioria e as grelhas são aprovadas; se o PS não for a favor das grelhas, retiram-se, e o Regimento é aprovado, por isso, as grelhas estão nas mãos do PS, conforme referiu na última AM.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para saudar as iniciativas de comemoração do 25 de abril de 1974, tendo felicitado o membro Manuel Marçal pela organização dessas iniciativas.

Saudou o regresso das sessões da AM ao Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho.

Referindo-se à intervenção do membro Jorge Quintas (GMMPP), informou que relativamente aos candeeiros do Largo do Conde que o empreiteiro já foi notificado para fazer a respetiva substituição.



Relativamente à intervenção do membro Manuel Marçal (GMPSD), respondeu que o executivo está a fazer o levantamento de todas as passadeiras que necessitam de pintura para posteriormente se notificar a empresa “Infraestruturas de Portugal”.

Deu nota que vai ser feita uma intervenção ainda durante este ano na estrada do Moinho ao Vale da Mota. Disse que a estrada de Real ao Santo Adrião vai ser reparada pela Câmara Municipal em conjunto com a Junta de Freguesia de Real.

Referindo-se à intervenção do membro Ângelo Fernandes (GMPS), informou que o Sr. Vice-Presidente da Câmara vai verificar a situação relativa à linha de água que passa debaixo da capela da Póvoa.

Informou que relativamente ao problema dos maus cheiros na ETAR de Pedorido, que é uma situação que já acontece há algum tempo. Disse que já deram nota à empresa “Simdouro” e já houve uma inspeção efetuada pela “CCDR-N – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte”, sendo que o executivo também irá realizar estes trabalhos.

Deu nota que foram colocados os rails de proteção na estrada da Serrinha, e que se seguida será feita a pavimentação pelos serviços de Administração Direta.

Referindo-se à intervenção do membro Paulo Teixeira (UCPT) relativamente à estrada de Vila Verde às Casas Novas, respondeu que vão verificar a situação da garantia e notificar o empreiteiro para que faça a reparação.

Confirmou que os detritos das fossas do Outeiro foram descarregadas na ETAR de Oliveira Reguenga.

Em relação ao cais de Sardoura, esclareceu que o Presidente da “APDL – Administração dos Portos do Douro e de Leixões” o informou que está em curso um procedimento para a concessão daquele cais comercial.

Quanto ao processo do “Turismo do Porto e Norte de Portugal”, disse que foi falado o Município de Castelo de Paiva como foram falados outros



Fls. 73

tantos Municípios. Referiu que o processo continua a desenrolar-se na justiça e não tem informações de como está a decorrer.

Sobre a auditoria à Câmara Municipal, respondeu que o executivo está à espera da proposta da empresa “PWC – Portugal” para de seguida fazer a adjudicação à empresa que apresente o valor mais baixo.

Em relação ao relatório da fiscalização no Largo do Conde, informou que tem havido uma fiscalização sistemática, até porque têm tido problemas permanentes em relação às obras realizadas naquele espaço.

Referindo-se à intervenção do membro do João Vieira (GMMPPM), informou que deu conhecimento à Câmara Municipal da recomendação que foi aprovada nesta Assembleia Municipal.

Disse que ainda recentemente foi aprovado neste órgão um “PDM - Plano Diretor Municipal” e a Câmara Municipal terá que dar resposta a todos os pedidos que serão feitos.

Referiu que o executivo tem a intenção de salvaguardar, mas se houver algum privado que tenha a intenção de fazer algo naqueles terrenos (construção) que o “PDM - Plano Diretor Municipal” permita, até porque a recomendação da AM não estabelece limites, não será ele enquanto presidente da Câmara Municipal a meter o requerimento na gaveta e a não dar resposta.

Em relação às obras de Curvite, informou que estão a ser realizadas. Disse que conseguiram fazer as correções ao projeto relativamente à questão dos passeios e das águas pluviais, pelo que, de acordo com informação do empreiteiro, presume que as obras estejam concluídas durante o mês de maio.

Referindo-se à intervenção do membro Fátima Strecht (GMPS), disse que o Salão Nobre é o mesmo que serviu durante tantos anos, e que vai continuar a servir.

Sobre o corte das estradas devido à realização da prova de ciclismo “Porto/Gaia Grandfondo”, referiu que os constrangimentos ao nível trânsito não ocorreram só no nosso concelho, porque está-se a falar de uma prova



que decorreu nos municípios de Gaia, Castelo de Paiva, Cinfães, Penafiel, Arouca e Santa Maria da Feira, onde as estradas também foram cortadas. Disse que foram feitos editais, foi feita a divulgação pela organização da prova e pelos Municípios relativamente aos horários e aos cortes de estrada.

Referiu que há sempre constrangimentos, mas os eventos têm de se realizar e, sendo uma vez por ano, as pessoas compreendem, porque estão a divulgar o nosso concelho.

Em relação ao estacionamento no Largo do Conde, disse que arranjaram-se aqueles lugares, mas ainda não há o controlo do tempo de estacionamento, porque o executivo vais fazer uma concessão dos parquímetros.

Lembrou que foi uma solução que se encontrou, porque aquando da apresentação pública do projeto, o Dr. Gonçalo Rocha e a equipa de arquitetura referiram que dos quarenta lugares de estacionamento que existiam no Largo do Conde poucos seriam retirados, mas a verdade é que não havia nenhum, pelo que, foi a solução que se arranjou (estacionamento será por tempo limitado quando for feita a colocação dos parquímetros).

Sobre a “GNR – Guarda Nacional Republicana”, informou que ainda esta semana teve a oportunidade de estar com o Sr. Comandante do posto de Castelo de Paiva, bem como com o Capitão do destacamento de Oliveira de Azeméis. Disse que a “GNR – Guarda Nacional Republicana” tem estado presente, vê a Guarda recorrentemente no centro da Vila, mas como é óbvio é impossível estar ao lado de todos, pelo que, há situações que acontecem e que tem de se tomar algumas cautelas (vai voltar a reforçar junto do comando).

Referindo-se à intervenção do membro Rocha Pereira (GMPS), respondeu que ainda estão a meio do ano.

Disse que têm feito a sua governação, têm as suas prioridades bem estabelecidas.

Salientou que não se pode pôr uma pedra sobre o passado: há obras que se estavam a iniciar; outras tinham projetos mal feitos que tiveram de ser

*F. Jardim*  
*HK*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
CASTELO DE PAIVA

Fls. 74

retificados, como é o caso da escola EB2/3, no qual não estava sequer previsto onde é que os alunos iriam ser colocados aquando da realização das obras, porque não foi prevista a instalação de contentores, não foi previsto o sistema de aquecimento nem acautelada a questão da eficiência energética, não estava prevista uma cobertura para as crianças em tempo de chuva, ou seja, que tudo isto são pequenas coisas que dão nota do que é o trabalho deste executivo.

Salientou também que o Município tem necessidade de captar investimento, de atrair empresas, mas que é bom recordar que a última zona industrial que se construiu no concelho foi a zona industrial das Lavagueiras, em 2001.

Informou que têm tido empresas a quererem-se fixar no nosso conselho mas não têm terrenos para lhes propor, porque existe um projeto para uma zona industrial na Cruz da Carreira para a qual não existem terrenos já adquiridos, algo que não foi acautelado, mas o executivo está a trabalhar numa solução.

Deu nota que em relação à questão do saneamento, que a taxa de cobertura do concelho continua nos 8%, pelo que é preciso trabalhar nesta área, é preciso reunir e insistir com as entidades responsáveis, conforme já fizeram com a “Infraestruturas de Portugal” e com a “Simdouro”, para tentar arranjar respostas para o saneamento em alta que permitam começarem a fazer as nossas ligações em baixa.

Quanto à “ELH – Estratégia Local de Habitação”, esclareceu que os terrenos são identificados pelas Juntas de Freguesia, sem exceção, e que após essa identificação é feita uma avaliação por um perito credenciado independente, entrando-se posteriormente em contacto com os proprietários.

Informou que o executivo já teve a possibilidade de comprar um terreno na freguesia da Real, e está a negociar outros terrenos sempre em conjunto e por indicação da Junta de Freguesia.



Sobre se o vizinho vai beneficiar, ou não, disse que isso não é critério: se o problema da “ELH – Estratégia Local de Habitação” na criação de habitação é o vizinho ficar a ganhar, então, para não prejudicar ninguém, não se faz nada. Reiterou que critério de identificação passa por ser a Junta de Freguesia a indicar qual o melhor local para a construção das casas ou para a criação de um loteamento.

Em relação ao antigo externato, antiga preparatória, disse que neste momento funcionam lá a “ACI – Associação Comercial e Industrial de Castelo de Paiva”, e a Segurança Social, o “Motoclube Paivense” e a “ACUP – Associação dos Combatentes do Ultramar Português” também têm lá a sua sede. Disse que há cedências de instalações, há contratos, inclusivamente o Dr. Gonçalo Rocha chegou a referir numa reunião de Câmara que poderia haver a hipótese da venda do edifício, mas que para já não faz parte do horizonte deste executivo alienar esse património, até porque é um excelente local para a “ELH – Estratégia Local de Habitação”. Referindo-se à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real, Carlos Rocha (GMPPM), disse que irá fazer chegar a mensagem aos funcionários municipais, tendo-lhe dado os parabéns pela organização da Feira de Vinho, parabéns extensíveis ao Sr. Presidente da União das Freguesias de Sobrado e Bairros por igual iniciativa.

Quanto à intervenção do membro José António Rocha (GMPSP), respondeu que em relação ao “BUPI - Balcão Único do Prédio”, que já fizeram uma reunião com a equipa do programa e que os serviços estão a tratar do processo de adesão e da formação dos trabalhadores.

Esclareceu que despachou no sentido de que todas as comunicações que são feitas pela Câmara Municipal, sendo possível, são realizadas por via digital.

Referindo-se à intervenção do membro Felipe Trindade (GMPSPD), disse que em relação ao Largo do Conde e à Rua Direita é o que todos vêm, ou seja, há ali vários problemas que estão a ser reparados pelo empreiteiro pela terceira vez. Disse que essas reparações têm sido constantes e que a



Fls. 75

fiscalização tem estado constantemente a dar nota das anomalias ao empreiteiro (espera conseguir atenuar esses problemas).

Em relação aos jardins, explicou que estão conforme definido no contrato, sendo que o empreiteiro já foi notificado para fazer a alteração dos jardins. Confirmou que há nove árvores que parecem não estar nas melhores condições, mas não querem cometer os mesmos erros no passado: na altura referiu que as tilias requerem solos profundos e bem drenados, algo que não foi acautelado. Disse que as árvores têm garantia de substituição, sendo que a altura ideal para a plantação será em outubro.

Sobre os resíduos que se encontram depositados ao fundo do parque da Feira, disse que serão retirados porque passam uma má imagem do Município.

Concluiu, informando que o empreiteiro já foi notificado para reparar os abatimentos existentes na Rua Mário Sacramento.

O membro Manuel Mendes (GMPS) interveio novamente para intervir em defesa da honra relativamente à resposta do Sr. Presidente da AM à sua intervenção, porque não há duas verdades, apenas uma, exatamente aquilo que se passou.

Referiu que os comprovativos da correspondência trocada atestam aquilo que disse, e os testemunhos dos membros que estiveram presentes nas reuniões da Conferência de Líderes também confirmarão na íntegra os factos que relatou.

Reiterou que a iniciativa das grelhas partiu única e exclusivamente da parte do Sr. Presidente da AM, que se disser o contrário, conforme disse na última reunião, está em ata, estará a mentir.

Disse que sobre a tentativa de interferir na gestão interna do GMPS, que o Sr. Presidente da AM registe que jamais irão tolerar que outro ato desse gênero se repita na sua gestão enquanto Presidente da AM.

O membro Paulo Teixeira (UCPT) interveio novamente para intervir em defesa da honra.

N



ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
CASTELO DE PAIVA

Fls. \_\_\_\_\_

Disse que esteve na Conferência de Líderes sempre em cumprimento do Regimento, nas atas está escrito que foi convocado ao abrigo do n.º 3, do artigo 25.º, que permite que estivesse lá.

Defendeu que não é ao Sr. Presidente da AM que compete decidir se um membro de um movimento independente, de um GM ou de um partido pode, ou não, estar na Conferência de Líderes, porque o n.º 1, do artigo 25.º, diz que se houver um membro da Conferência que convoque uma Conferência (O Sr. Presidente da AM não é a única pessoa que pode convocar a Conferência de Líderes, basta um membro requerer) pode fazê-lo.

Referiu que foi indiretamente visado na intervenção do membro Manuel Mendes (GMPS), e uma vez que teve de ler todos os e-mails para estar perfeitamente consciente da sua intervenção por força da não convocatória para a Conferência de Líderes, queria dizer que o primeiro impulso sobre o tempo e sobre as grelhas foi dado pelo Sr. Presidente da AM na reunião da Conferência de Líderes de 15 de novembro de 2021, e enviado por e-mail depois na reunião de 26 de novembro de 2021.

Salientou que ninguém da oposição tomou essa iniciativa, e como o Sr. Presidente da AM reconheceu na última AM (estará na ata dessa reunião), que logo a altura quer o MPM, quer o UCPT, manifestaram a sua discordância em relação às grelhas.

O membro Jorge Quintas (GMPM) interveio novamente para dizer que as grelhas surgiram-lhe pelas mãos do Sr. Presidente da AM, que não foi ideia do PS.

Disse que a única coisa de que o membro Manuel Mendes (GMPS) o tentou convencer foi para que houvesse uma certa limitação dos tempos para o uso da palavra, tendo sido dos elementos que mais contestou isso.

Deu nota que a certa altura o membro Carlos Trindade (GMPSD) quis dar a entender que ele combinava uma coisa nas reuniões da Conferência de Líderes e que na Assembleia Municipal fazia outra.



Fls. 76

Salientou que esteve sempre em desacordo com as grelhas, e até é dos mais poupadados nas intervenções que faz.

O membro Carlos Trindade (GMPSD) interveio novamente para dizer que aquilo que se passou, não tem o menor problema em dizê-lo, foi pelas mãos do Sr. Presidente da AM que as grelhas lhes chegaram, mas que não é menos verdade que na penúltima reunião da Conferência de Líderes foi discutida a questão das grelhas.

Disse que contrariamente àquilo que o membro Jorge Quintas (GMMPPM) disse, que ele terá afirmado que nas Conferências de Líderes se combinava uma coisa e depois na Assembleia Municipal votavam em sentido contrário, que isso é pura mentira: aquilo que disse foi relativamente ao membro Manuel Mendes (GMPS) que combinou na Conferência de Líderes, e tentou convencer o membro Jorge Quintas (GMMPPM), que estava a votar contra, que efetivamente era benéfico para o bom funcionamento da AM.

O Sr. Presidente da AM interveio novamente para confirmar que o primeiro e-mail foi enviado por si, porque competia ao Presidente da AM fazer a primeira proposta de Regimento, não competia a mais ninguém, nem poderia ser de outra maneira.

Reiterou que cabe ao PS decidir se quer grelhas, ou não, como foi sempre desde o início.

Reiterou também que quer o MPM, quer o UCPT, sempre foram desfavoráveis às grelhas, enquanto o PSD e o PS foram favoráveis.

Concluiu, referindo que vivemos numa democracia, manda a maioria, pelo que, se o PS e PSD são favoráveis às grelhas, estas prevalecerão mesmo contra a vontade do UCPT e do MPM, sendo nesse sentido quando diz que está nas mãos do PS.

#### ***4. Apreciação da informação escrita da atividade da CM e da situação financeira do Município.***

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para antes de abrir o período de inscrições, dar uma nota positiva à forma como lhes foi transmitido o



documento da atividade da Câmara Municipal: está significativamente melhor, mais claro e com mais informação, esperando que também os membros da AM assim o reconheçam.

O membro Paulo Teixeira (GMMMP) usou da palavra para se associar às felicitações dirigidas pelo Sr. Presidente da AM à Câmara Municipal pela nova apresentação da atividade da Câmara Municipal, que considera ser de leitura muito mais fácil.

Deu nota que relativamente à atividade da Câmara, há uma reunião no dia 2 de março da Comissão Municipal de Trânsito para analisar propostas de alteração à “Postura Regulamentar de Trânsito da Vila do Sobrado”, tendo perguntado o que é que está a ser analisado nesta matéria.

Deu também nota de uma reunião realizada no dia 18 de março com os responsáveis do “IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional”, tendo perguntado se o “Plano de Estabelecimento de Atividade Empresarial Suspensa” tem a ver com o “CACE – Centro de Apoio à Criação de Empresas” (obteve resposta positiva).

Congratulou-se com o facto de a Câmara Municipal ter criado uma bolsa local de voluntários para apoiar refugiados Ucranianos que venham eventualmente para o nosso conselho (inscreveu-se na bolsa).

Deu nota de uma reunião realizada no dia 31 de março com os taxistas da Vila de Sobrado para a definição da nova localização da praça de táxis, tendo solicitado um ponto de situação desta matéria; onde é que vai ficar a praça de táxis?

Referindo-se a uma reposição de betuminoso na rede viária do concelho, disse que há alguns meses ouviu falar na aquisição de uma máquina pelo anterior executivo, pelo que gostava de saber aonde é que está a máquina, porque ainda não a viu a trabalhar.

Referindo-se também aos ninhos de vespas asiáticas, disse que por experiência própria, quando havia um protocolo celebrado com os bombeiros, e por mais que uma vez, foi muito eficaz, e também por experiência própria, quando transitou dos bombeiros para os serviços



municipais sente que há mais dificuldades. Questionou se o executivo pretende vir a protocolar novamente com os bombeiros.

Sobre a empreitada de requalificação do arroamento de Curvite, disse que o Sr. Presidente da Câmara referiu numa reunião de Câmara que havia coisas que não estavam no projeto, tendo perguntado se os trabalhos complementares que estão a ser executados são referentes a isso (obteve resposta positiva).

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que em relação à postura de trânsito, como houve obras no Largo do Conde, houve a necessidade de fazer alterações ao regulamento da postura.

Relativamente aos taxistas, informou que ficou aprovado na postura de trânsito o local onde se encontram atualmente, dado não haver condições de virem para dentro do Largo. Disse que os taxistas foram consultados sobre se pretendiam ser colocados em frente aos quiosques, mas preferiram ficar onde estão atualmente.

Sobre a máquina de aplicação de betuminoso, confirmou que ainda não trabalhou. Disse que é preciso dar formação aos funcionários, porque o único funcionário que teve formação tem a categoria de jardineiro, (tem estado de baixa), o que complica o funcionamento dos aparelhos.

Informou que o Município também tem uma máquina de pintura de vias e de guias que também ainda não funcionou deste foi adquirida em 2017. Disse que os serviços já encomendaram tinta, porque a tinta que foi comprada na altura acabou por se estragar, para fazer a pintura de algumas vias.

**Deliberação:** A AM tomou conhecimento.

#### **Período de Intervenção do Público**

##### **5. Intervenção do Público**

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para dizer que o Regimento determina que haja inscrições prévias, tendo informado que tiveram uma inscrição de um munícipe que pretendia debater o ambiente e a degradação de um muro. Disse que, contudo, o munícipe comunicou-lhe durante esta



tarde que não iria comparecer, uma vez que já tinha dado início a uma discussão do problema junto do Município, pelo que, já não via a necessidade de vir à sessão.

Referiu que, sendo assim, não tendo existido mais nenhuma inscrição prévia... (o Sr. Presidente da AM foi interrompido por um munícipe do público, não sendo perceptível o conteúdo da sua intervenção).

O Sr. Presidente da AM retomou a sua intervenção para dizer que o público sabe que não pode intervir, não se pode manifestar numa Assembleia Municipal, tendo pedido silêncio... (o Sr. Presidente da AM foi interrompido pelo membro Jorge Quintas, não sendo perceptível o conteúdo da sua intervenção).

O Sr. Presidente da AM retomou a sua intervenção referindo que estava a dizer que o Regimento não permite a intervenção do público neste ponto sem prévia inscrição.

Referiu que hoje, enquanto Presidente da AM, contrariamente à sua vontade, mas dado que esta Assembleia deliberou por maioria na última sessão por manter o Regimento, tem o dever de respeitar a decisão da maioria.

Salientou que contudo, se algum membro da AM apresentar uma proposta para permitir a intervenção do público presente, que naturalmente a colocará à votação da AM.

O membro Jorge Quintas (GMMPP) usou da palavra para fazer uma proposta à Mesa, mas que antes a queria enquadrar.

Deu nota que sempre achou que obrigar as pessoas a se inscreverem para intervir não tem nada a ver com intervenção democrática na AM (não tem a ver com esta Mesa da AM, mas sim com a anterior), que obrigar uma pessoa a dizer sobre o que quer falar é uma maneira muito subtil de afastar as pessoas daquilo que pretendem dizer.

Portanto, disse, em defesa da democracia, em defesa da liberdade, em defesa do direito que têm que assegurar aos Paivenses, propunha que seja

*[Handwritten signature]*  
*VPA*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
CASTELO DE PAIVA

Fls. 78

possível a quem não se inscreveu para a presente sessão que o possa fazer agora e que use da palavra.

Questionou como é que o munícipe que se inscreveu soube como o fazer (acha esquisito), e se todos os Paivenses foram informados que teriam de se inscrever para usar da palavra.

O Sr. Presidente da AM esclareceu que o Regimento em vigor está disponível no site do Município, pelo que qualquer munícipe que o consulte fica a saber que neste ponto é obrigatória a inscrição (sempre foi assim).

O membro Fátima Strecht (GMPS) usou da palavra para dizer que estava um pouco baralhada, porque o Sr. Presidente da AM agora diz, e muito bem, que está a cumprir o regimento em vigor. Perguntou qual era o Regimento que estava em vigor quando o Sr. Presidente da AM colocava à votação a possibilidade do público presente falar (foi sempre admitido a falar)? Disse que era o Regimento atualmente em vigor, e que o Sr. Presidente da AM já explicou que foi por não ter sido aprovado o novo Regimento, certo, questionou?

O Sr. Presidente da respondeu que foi por terem deliberado adiar a discussão do Regimento proposto, porque o atual servia os intentos da AM. O membro Fátima Strecht (GMPS) retorquiu que se servia nessa altura, continua a servir agora.

Deu nota que o Sr. Presidente da AM não ia levar a mal, mas soava-lhe um bocadinho a amuo, ficou chateado pelo facto do Regimento não ter sido aprovado.

O Sr. Presidente da AM respondeu que se fosse amuo nem sequer colocaria este ponto à apreciação, porque o Regimento só pode ser alterado mediante uma proposta de alteração do documento, algo que não pode ser feito numa Assembleia em curso.

Disse que ia de seguida colocar à votação a proposta apresentada pelo membro Jorge Quintas no sentido da AM permitir que o público presente,



se assim o entender, se inscreva neste ponto para intervir, mesmo que o Regimento o impeça.

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

O munícipe José Adelino Nunes, residente em Gração, UF de Sobrado e Bairros, usou da palavra para dizer que ia falar sobre um discurso que foi feito há 35 anos, quando se iniciaram as comemorações do 25 de abril no concelho, uma sessão solene na qual também se deu a abertura dos Jogos Desportivos e Culturais de Castelo de Paiva.

De seguida, leu o discurso que a seguir se reproduz:

“ - Como membro da comissão organizadora dos primeiros Jogos Desportivos e Culturais de Castelo de Paiva não podia deixar de dizer algumas palavras alusivas a esse ato.

Iniciamos hoje os primeiros jogos desportivos do concelho de Castelo de Paiva.

Esta iniciativa não tem por objetivo a competição, mas sim o convívio entre as gentes paivenses e aqueles que eventualmente nos visitam.

Esperamos que ela seja a semente de num futuro próximo não termos aqui representadas apenas as três modalidades que este ano se apresentam, mas muito mais daquelas que necessitam de um pavilhão que agora ainda não existe.

Sinceramente, esperamos que os jogos desportivos “peguem de estaca” e que as nossas entidades possam dar a Castelo de Paiva no futuro muito breve o citado pavilhão. Com ele, e com iniciativas destas, para além do convívio, da participação desportiva e tudo o que isto arrasta, teríamos a possibilidade de dar à nossa juventude todas as condições para competir, passar os seus tempos livres e fugir de lugares que tão nocivos são para a sua formação.

Em forma de apelo aqui deixo o desejo feito aspiração, que seja dado a Castelo de Paiva o tão desejado pavilhão.



Fazemos votos para que os jogos que hoje se iniciam sejam uma lição de civismo das gentes de Castelo de Paiva neste convívio que é de todos e para todos, esperando que ocorram em ambiente fraternal.

Dia 25 de abril, data tão histórica para Portugal. Que os futuros 25 de abril sejam também datas históricas para o desporto e cultura em Castelo de Paiva.”

De seguida, deu os parabéns ao membro Manuel Marçal (GMPSD) pela organização das atividades de comemoração do 25 de abril de 1974, referindo que ninguém agradeceu ao gabinete da cultura e do desporto que também esteve envolvido.

Manifestou o seu agrado pelo convite feito a dois jovens para intervirem na sessão solene.

Deu nota que 80% dos militares que participaram na revolução foram jovens de vinte/vinte e dois anos, que foram a semente que deu o 25 de abril.

Solicitou um maior respeito e dignidade ao monumento de homenagem aos combatentes do ultramar, no sentido de que faça parte da rota do turismo em Castelo de Paiva, porque é o monumento mais visitado do concelho.

Solicitou ao executivo municipal para que não se esqueça dos jovens de Castelo de Paiva, que faça algo por eles dentro das possibilidades do Município, que promova a igualdade de oportunidades.

Concluiu, agradecendo ao executivo municipal o facto de ter recuperado a placa alusiva à criação dos jogos desportivos e de a ter exposto.

#### ***Período da Ordem do dia***

#### ***6. Apreciação e deliberação - Prestação de Contas 2021 – Relatório de Gestão.***

Presente para apreciação e deliberação a Prestação de Contas 2021 e o Relatório de Gestão, documentos cujos originais ficarão arquivados na pasta anexa à presente ata.



Nos termos do determinado no ponto 4.1, do capítulo IV, da Instrução n.º 1/2019 – PG do Tribunal de Contas, ficam expressos na presente ata os seguintes indicadores constantes da prestação de contas:

- Total do ativo: 40.197.621,51€;
- Património liquido: 31.674.777,11€;
- Total do passivo: 8.522.844,40;

**- Rendimentos e Gastos**

- a) Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento: 2.675.423,46€;
- b) Resultado operacional (antes de resultados financeiros): 1.093.804,76€
- c) Resultado antes de impostos: 1.043.261,15€;

- Resultado liquido: 1.043.261,15€;

**- Recebimentos e pagamentos**

- a) Fluxos de caixa das atividades operacionais: 4.608.846,93€;
- b) Fluxos de caixa das atividades de investimento: -2.794.575,43€;
- c) Fluxos de caixa das atividades de financiamento: -747.762,74€;

**- Desempenho orçamental**

- a) Recebimentos: 15.399.861,61€;
- b) Pagamentos: 13.571.440,70€;

**- Saldos iniciais e finais do desempenho orçamental**

**a) Operações orçamentais**

- a1) Saldo inicial: 940.202,32€;
- a2) Saldo final: 1.828.420,91€;

**b) Operações de tesouraria:**

- a2) Saldo inicial: 420.791,82€;
- b2) Saldo final: 599.081,99.

A Vereadora Liliana Vieira usou da palavra para dar nota dos aspetos mais relevantes da prestação de contas.

Deu nota que os documentos de prestação de contas refletem a execução orçamental, financeira e de gestão, referente ao exercício económico do Município no ano de 2021.



Referiu que o Orçamento apresentado em 2021 totalizou um montante de 22.639.623,41€, sendo que no que diz respeito ao orçamento da receita, executado, totalizou um montante de 15.299.866,61€, correspondendo a uma taxa de execução de 68%.

Informou que o Município não conseguiu cumprir com o disposto no n.º 3, do artigo 56 da Lei das Finanças Locais, uma vez que a taxa de execução na receita prevista voltou a ficar abaixo dos 85%, conforme está definido na lei.

Contudo, disse, e comparativamente à execução do orçamento da receita de 2020, registou-se um aumento de 16% na receita arrecadada, com uma variação de 3.000.000,00€.

Deu nota que as receitas correntes contribuem com a maior fatia para a execução do orçamento na receita, uma vez que, em matéria de receitas de capital, o Município ficou aquém dos valores orçamentados, atingindo apenas 40% da sua execução. Disse que o Município tem dificuldade em gerar receitas próprias, seja de capital ou corrente, para fazer face à projeção da despesa que pretendia realizar.

No que concerne ao orçamento da despesa, executado, totalizou o montante de 13.571.440,70€, correspondendo a uma taxa de execução de 60%. Disse que destes 60% de despesa executada, 65% referem-se a despesas correntes, nomeadamente, a despesas de funcionamento, e 35% referem-se a despesas de capital, nomeadamente, com a aquisição de bens de capital e passivos financeiros.

Informou que há um aumento nas despesas de capital comparativamente com o ano de 2020 por força das aquisições de capital, que se referem aos investimentos que foram concretizados no ano de 2021, nomeadamente, ao volume de empreitadas em curso e que foram concluídas.

Em relação ao equilíbrio orçamental, explicou que de acordo com o artigo 40.º da Lei das Finanças Locais, as autarquias são obrigadas à observância do equilíbrio orçamental que se deve cumprir com o seguinte cálculo: as receitas correntes têm que ser iguais ou superiores à soma das despesas



correntes, mais as amortizações de médio e longo prazo. Disse que em 2021 o Município cumpriu com a regra do equilíbrio orçamental.

Relativamente às demonstrações financeiras, deu nota do aumento dos ativos fixos tangíveis do Município; um aumento das imparidades em dívidas a receber por conta de clientes correntes, reduzindo assim o ativo do Município. Disse que com o reconhecimento das imparidades, presume-se da dificuldade na cobrança desses valores em dívida, que totalizam um montante de cerca de 300.000,00€.

Deu nota da redução da dívida aos fornecedores de curto prazo entre 2020 e 2021 em cerca de 400.000,00€, o que quer dizer que houve mais despesa paga durante o ano de 2021.

Informou que há também uma redução da dívida de médio e longo prazo no montante de 630.000,00€, fixando-se no valor de 3.405.885,23€ a 31 de Dezembro de 2021.

Registou o aumento das “outras contas a pagar” em cerca de 480.000,00€, decorrente também da decisão judicial relativa ao processo “Construtora da Huila”, no qual o Município ficou condenado a pagar 300.000,00€ de indemnização.

Registou também um aumento do passivo em cerca de 100.000,00€, por força do reforço das provisões dos processos judiciais que correm termos contra o Município.

Informou que o “PMP - Prazo Médio de Pagamentos” a fornecedores está em 23 dias; que o Município dispõe de capacidade de endividamento de 1.959.954,00€; que o resultado líquido do período se fixou em 1.043.226,15€.

Resumindo, disse, registou-se uma melhoria substancial na cobrança da receita, quer corrente, quer de capital, o que permitiu a redução da dívida em geral, seja a fornecedores concorrentes, seja a fornecedores de investimento, tendo-se também verificado um aumento da receita da capital por força dos subsídios ao investimento por parte dos fundos comunitários. Concluiu, informando que está presente na sessão o Revisor Oficial de



Fls. 81

Contas do Município, o Dr. José Carlos, que acompanhou os serviços na elaboração das demonstrações financeiras, que poderá, juntamente com a Chefe da Divisão Financeira, Dra. Teresa Espincho, responder a algumas dúvidas técnicas que os membros da AM possam colocar.

O membro Manuel Mendes (GMPS) usou da palavra para dizer que este é o último documento relativo à gestão do PS deste Município, que para além de refletir as contas referentes ao ano de 2021 espelham também o marco da gestão no ciclo de governação do PS e, por consequência, o ponto de partida para a governação do PSD.

Disse que não obstante a análise dos dados da governação do ano de 2021, podem fazer um comparativo da herança recebida pelo PS e o legado que deixa ao novo executivo.

Deu nota que o Relatório de 2021 reflete, conforme expressão utilizada pela Vereadora Liliana Vieira, a prática da boa gestão do Município.

Salientou que a herança recebida pelo PS em termos de dívida global foi superior a 17.000.000,00€, e o legado que deixa é de aproximadamente 4.800.000,00€. Disse que a redução da dívida ocorrida nos últimos anos é o resultado da boa gestão do Município.

Relativamente ao “PMP - Prazo Médio de Pagamentos”, disse que a herança foi de 515 dias, quase um ano e meio, e que o legado do PS são 23 dias.

Quanto à execução orçamental, concordou que não se atingiu o valor de 85%, mas que o que herdaram foi um valor aproximado de 43% e o legado do PS ronda os 68% na receita, e aproximadamente 60% na despesa.

Em relação à capacidade do Município em contrair dívida, referiu que a herança foi um excesso de endividamento superior a 5.000.000,00€, e que neste momento o Município tem uma capacidade de endividamento de aproximadamente 2.000.000,00€.

Salientou que não obstante todo esse esforço financeiro de redução da dívida e do cumprimento dos compromissos com os fornecedores, foram executadas as seguintes das obras elencadas na página 26 do Relatório de



Gestão: Requalificação da Zona Envolvente da Igreja de Real e Ponte das Travessas; Remodelação e Reforço Estrutural da Ponte Velha de Pedorido; Requalificação Urbanística do Largo do Conde e Praça da Independência; Requalificação da Rua Direita e Júlio Strecht; Requalificação da Rua Emídio Navarro; Requalificação da Avenida General Humberto Delgado; melhoria da circulação da Zona Pedonal do CACE; Requalificação da Rua D. João Pinto Ribeiro, Mário Sacramento e José Estevão; Requalificação Turística do Choupal; Abastecimento de Água ao “Penedo do Cão”; Reconstrução do Muro José de Arrochela; Reconstrução do Muro Envolvente à Estação Elevatória de Catapeixe; Requalificação da Rua Manuel Carvalho Pereira.

Concluiu, dizendo que este é o ponto de partida para a governação da Câmara Municipal neste novo ciclo do PSD, e que servirá sempre de base comparativa com todos os relatórios que irão deliberar e discutir nas próximas sessões da Assembleia Municipal.

O membro Paulo Teixeira (UCPT) usou da palavra para dizer que doze anos depois de ter saído da Presidência da Câmara Municipal de Castelo de Paiva, eleito nas listas do PSD, e apesar não ter sido citado o seu nome, foi falada a governação do PSD.

Disse que esteve sempre de consciência tranquila, e que no seguimento da intervenção do membro Manuel Mendes (GMPS) recordava algumas coisas que as pessoas já se esqueceram de quando o PSD entrou na Câmara Municipal em 1998: encontrou 1.000.000,00€ de faturas sem cabimentação; 1.000.000,00€ de contingências que o PSD teve de pagar; durante os doze anos teve que pagar 2.000.000,00€ da aquisição dos terrenos para a escola EB2/3 do Couto Mineiro; 1.600.000,00€ dos terrenos da zona industrial de Lavagueiras; mais de 1.000.000,00€ na variante à EN 222.

Deu nota que herdaram uma dívida de mais de 15.000.000,00€, e logo nos primeiros três meses fomos confrontados com mais 2.000.000,00€ de expropriações.



Fls. 82

*[Handwritten signature]*

Referiu que deixaram uma Biblioteca Municipal; um edifício dos Paços do Concelho ampliado e remodelado; construíram a escola do Couto Mineiro; a zona industrial de Lavagueiras; o Pavilhão de Couto Mineiro do Pejão; a Zona Desportiva de S. Martinho; a remodelação do Parque Escolar; loteamentos urbanísticos de iniciativa municipal; apoiaram as Juntas de Freguesia; a zona ribeirinha de Pedorido, de Midões, do Castelo; a zona de lazer de São Martinho; o Largo de São Lourenço; o piso sintético no campo Municipal da Boavista; o novo acesso à Vila e mais de 45km de condutas de saneamento instalados no concelho.

Deu nota que o Relatório de Gestão referente às contas de 2021 alude por diversas vezes à invasão da Ucrânia por parte da Rússia, sendo que esta invasão começou em fevereiro de 2022. Perguntou se há alguma justificação específica?

Solicitou o ponto de situação da implementação da contabilidade analítica no Município?

Referiu que na página 5 do Relatório de Gestão falta a referência ao nome dos Vereadores Manuel Almeida Junot, Liliana Vieira e António Henrique Damas, que ao longo do mandato, por impossibilidade pontual de alguns dos eleitos, substituíram os mesmos e tomaram posse como Vereadores.

Relativamente ao immobilizado corpóreo do Município, questionou qual é o ponto de situação da venda do terreno municipal situado junto à antiga escola EB 2/3, na Rua Prof. Egas Moniz, e que em devido tempo foi alvo de uma queixa ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel, na pessoa do Eng.º José Rocha, hoje Presidente da Câmara, e na altura líder da Comissão Política Concelhia do PSD.

Deu nota que na página 22 do anexo às demonstrações financeiras há um valor de 196.000,00€ referente a dívidas de cobrança duvidosa, com prazos superiores a 12 meses. Perguntou a que é que dizem respeito; referem-se a antes ou depois da pandemia?

Deu também nota que no ponto 15 dos anexos, são referidos processos judiciais em que a Câmara Municipal foi condenada em 2021, e que esta

*[Handwritten signature]*



situação obrigou a um reforço da verba em 483.000,00? Perguntou quais são esses processos?

Referiu que no ponto 23.3., o aumento significativo registado nos subcontratos prova que os trabalhos por administração direta prometidos em 2009, na prática, não se vieram a concretizar.

Disse que na página 37 é feita a referência a 211.000,00€ de depreciação de bens que não foram registados em 2020. Perguntou se existe alguma justificação para esse facto?

Questionou a que é que diz respeito um verba de 514.000,00€ referente a estudos, pareceres, projetos e consultadoria?

Deu nota que no documento 5, Demonstrações de Desempenho, página 27, é referido o montante de 2.500,00€ para o Núcleo Empresarial do Cobre, e um acordo de cooperação entre o Município e o “IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional”. Perguntou a que é que diz respeito?

Questionou onde é que se realizaram as ações de formação de Turismo referidas na página 30?

Questionou também onde foi investido o montante de 31.253,00€ referido na pág. 30, designadamente, na requalificação urbanística do Monte de Santo Adrião?

Concluiu, referindo que na página 31 é mencionada a empreitada na Ponte de Rabuças, tendo perguntado o que é que foi feito naquele espaço?

O membro Vanessa Pereira (GMPSD) usou da palavra para dizer que uma questão que a Vereadora Liliana Vieira referiu prende-se com o aumento das provisões em relação aos processos judiciais, tendo perguntado quais são esses processos, e se esse aumento diz provavelmente respeito a novos processos judiciais?

Referiu que em relação às contas, não querendo recuar muito tempo, por exemplo a 2019, em que as contas que foram votadas na AM apresentavam pagamentos em atraso, e por isso foi notório que as contas de 2019 tinham pagamentos que foram pagos em 2020; nas contas de 2020 tiveram a oportunidade de dizer que tinham sido retificados esses pagamentos em

atraso de 2019, pelo que, as contas de 2020, em termos de apresentação foram melhores do que as de 2019.

Relativamente às contas de 2021, disse que tem as taxas de execução orçamental que toda a gente consegue ver ao nível da receita e da despesa. Referiu que não cumprem os 85% que deveriam cumprir, mas que tem sido assim ao longo de muitos anos.

Em relação ao “PMP - Prazo Médio de Pagamentos”, disse que efetivamente é de 23 dias, está abaixo dos 60 dias que são obrigatórios por lei. Referiu que a gestão do PSD nos últimos 2 meses do ano, provavelmente, interferiram muito na redução desse “PMP - Prazo Médio de Pagamentos”, tendo lembrado que em junho de 2021, conforme está patente no relatório de execução orçamental que aprovaram em setembro, o “PMP - Prazo Médio de Pagamentos” era de 82 dias.

Salientou que quando era Vereadora havia perguntas às quais não lhe conseguiam responder e, ouvindo a comunicação social, algumas das respostas foram dadas na reunião de Câmara, nomeadamente, que ficou a perceber porque é que recebem um “draft”.

O membro Rodrigo Pereira (GMMPM) usou da palavra para dizer que já muito se falou relativamente às contas de gerência, pelo que queria dizer que, ano após ano, aprova-se um Orçamento com um valor e depois a sua execução tem sido demasiado inferior àquilo que foi aprovado. Disse que se arranjam todos os argumentos necessários para se justificar a diferença entre a orçamentação e a realização.

Deu nota que relativamente ao ano de 2021, o PSD não tem culpa nesta matéria, porque herdou isso do PS, fez-se um orçamento para 22.000.000,00€ e depois realizam cerca de 12.000.000,00€, isto é, de um plano que se deve atingir um valor de 85%, chegou-se apenas a uma realização de 68%, muito aquém daquilo que se devia ter concretizado.

Salientou que já se sabe à partida que quando se faz um orçamento para esses valores de 22.000.000,00€, não se vai de modo nenhum concretizar a

realização total, algo que tem acontecido ao longo dos anos extensível ao PSD e ao PS.

Aconselhou a que tenham mais rigor nas contas, que façam um orçamento real, para depois ter uma concretização e uma realização também de acordo com a parte que foi orçamentada.

Concluiu, referindo que o voto do GMMMP será acordo com a consciência dos seus membros.

O membro José António Rocha (GMPS) usou da palavra para dizer que sendo esta conta de gerência apresentada pelo PSD ao fim de 2/3 meses, ou dois meses e meio de gerência, no seguimento de um orçamento aprovado pelo anterior executivo, que esta é de facto a herança que o atual executivo recebe.

Chamou a atenção para a página 33, que demonstra de forma clara o que tem sido a gestão financeira do Município até hoje, ao contrário do que era no anterior ciclo, que foi alvo aqui de uma tentativa de desmistificação. Disse que no mandato anterior do PS houve uma redução bastante visível da dívida, todos os anos a dívida foi baixando, ao contrário do que acontecia anteriormente em que subia todos os anos, apesar dos alertas que eram feitos aqui constantemente.

Concluiu, referindo que esta conta de gerência será o ponto de partida para daqui a 2/3 anos analisarem o exercício e o desempenho do atual executivo.

A Vereadora Liliana Vieira interveio novamente para dizer que importava referir que ao longo dos doze anos de mandato do anterior executivo, muita dessa dívida foi reduzida porque existe a lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, que obriga a que haja um limite de endividamento e que não se possa realizar mais despesa do que aquela que o Município está capacitado para fazer.

Relativamente à contabilidade analítica, informou que é intenção do executivo que seja implementada. Disse que o recrutamento para os quadros do Município está limitado, o Orçamento de Estado ainda não foi apresentado e aprovado e, internamente, não estão capacitados de alguém



que os possa acompanhar na implementação desta medida, para que depois possam saber realmente onde é que a despesa, seja corrente ou de capital, é executada nas grandes opções do plano.

Sobre o aumento do passivo nos processos judiciais, respondeu que a prestação de contas tem um documento referente às responsabilidades contingentes que estão em curso contra o Município. Referiu que quando chegaram à Câmara Municipal foram confrontados com alguns processos novos, sendo que há um processo que tem um valor superior a 1.000.000,00€.

Relativamente às imparidades, respondeu que na sua intervenção inicial já tinha falado sobre essa dívida. Disse que só dívida de capital, sem falar dos juros, totaliza o montante 300.000,00€, sendo o maior valor referente à prestação do serviço de fornecimento da água, havendo também alguns valores em dívida referentes a taxas de mercados e feiras, e que a dívida que está refletida tem mais de dez anos.

Confirmou que quanto às amortizações relativas ao ativo fixo tangível, há um atraso referente às depreciações do ativo, que houve momentos em que não ocorreu a amortização em tempo real como devia ter acontecido, sendo uma situação que tem que ser revista, tal como acontece com o património do Município que não está totalmente evidenciado nas contas.

Relativamente às restantes questões colocadas pelo membro Paulo Teixeira (UCPT), respondeu que a questão referente aos estudos, pareceres e consultoria, só consultando e disponibilizando os documentos, tal como relativamente ao acordo do Núcleo Empresarial do Cobre; sobre os valores gastos no Santo Adrião, que tem de analisar o processo para poder responder, tal como em relação à ponte de Rabuças.

Concluiu, referindo que relativamente à questão também colocada pelo membro Paulo Teixeira (UCPT) sobre o nome dos três Vereadores que não constariam da relação dos responsáveis, que depreende que sendo esta prestação de contas referente ao ano de 2021, não tem memória de ter



Fls. \_\_\_\_\_

estado presente nesse ano em nenhuma reunião de Câmara, o mesmo sucedendo relativamente aos outros dois nomes designados.

**Deliberação:** Apreciados e aprovados por maioria com 22 votos a favor e cinco votos contra (3 do GMMPM e 2 do UCPT).

O membro Paulo Teixeira (UCPT) proferiu a seguinte declaração de voto:  
“ - A prestação de contas de qualquer entidade é um momento de muito significado para uma instituição.

E mais importante se torna quando falamos no término de um ciclo.

Hoje estamos aqui a analisar e a debater as contas do Município referentes ao ano de 2021, mas também ao encerramento de um ciclo político, a que corresponderam 12 anos de governação do Partido Socialista.

Para além de uma análise exaustiva que fiz aos 15 documentos que constituem a prestação de contas de 2021, tirei as conclusões do ciclo de 12 anos atrás referido.

O balanço e a demonstração de resultados demonstram que em 12 anos não se construiu uma casa para habitação social, aliás os 5.000,00€ inscritos nas contas na rubrica loteamentos urbanos de iniciativa autárquica traduzem isto mesmo.

Sobre a área empresarial da Cruz da Carreira, foi prometida nas eleições autárquicas de 2009 e 12 anos volvidos nem um lote se construiu. Socorrendo-me de um comunicado do PSD publicado a 12 de junho de 2021, passo a citar: “a área empresarial da Cruz da Carreira é mais um exemplar da coleção de promessas do Executivo Socialista, em Castelo de Paiva. A primeira maquete tem 10 anos, mas o projeto nunca passou a condição de realidade virtual”.

Em julho de 2017, gastaram-se 32 mil euros num projeto de execução para a denominada Casa das Artes e dos Espetáculos e 5 anos depois nem um tijolo se construiu, e s.m.o. nem tanto pouco se poderá construir no local que pretendiam, sob pena da reversão dos terrenos pelos anteriores proprietários.



Fls. 85

Apostaram numa obra emblemática que marcasse o mandato, a remodelação do Largo do Conde e da Praça da Independência, deixaram no entanto ao atual executivo problemas sérios para resolver neste espaço.

Tentaram fazer a regeneração urbana no centro da vila, e o caso mais típico do que não se deve fazer é a forma como deixaram a Rua Direita e a Rua Júlia Strecht.

Na educação quiseram remodelar a EB 2/3 de Sobrado e para além de adjudicarem uma empreitada a quem não tinha alvará para o fazer, o projeto estava incompleto.

Gastaram-se milhares de euros em pareceres e consultadorias duvidosas, e o exemplo mais típico foi o parecer solicitado a um advogado, consultor do escritório do então Presidente da Assembleia Municipal, parecer esse solicitado com carácter de urgência em julho de 2021, e a sua requisição acontece com o novo Executivo em dezembro de 2021.

A nível ambiental recorro ao que os Vereadores do PSD afirmaram na reunião do Executivo Municipal, de 31.5.2021, que aprovou as contas de 2019, a saber: “baixíssimo grau de execução relativo ao saneamento e abastecimento de água”, assim como do então membro da Assembleia Municipal, e hoje seu Presidente, que a 25.6.2021, na sessão que aprovou as contas de 2019, referia “não conhece investimento feito ao nível do saneamento.”

A nível de promoção turística o caso mais flagrante que traduz o fracasso do anterior executivo foi o anúncio e abertura dos 13 kms de um passadiço junto ao Douro, e que anos depois da sua inauguração se resumem a 300 metros de passadiço.

De acordo com o parecer do auditor externo às contas de 2021 e que faz parte dos tais 15 documentos que nos fizeram chegar, nos últimos anos a camara municipal deixou de fazer a inventariação e registo do seu património.

De acordo com o mais recente relatório do Tribunal de Contas há uma ausência total de controlo interno, que, leva este organismo a dizer que



pode haver despesas realizadas que violam a legislação em vigor, nomeadamente, a Lei dos Compromissos.

O auditor externo refere ainda que o ativo se encontra sobreavaliado e aqui recordo algo que o atual Presidente da Assembleia, referiu a 25 de Junho de 2021, a propósito da análise das contas de gerência de 2020, e que passo a citar: “o empolamento do orçamento ao nível das receitas de capital”, fim de citação, tudo isto associado ao grau de execução do orçamento sempre muitíssimo abaixo do que é orçamentado.

As despesas com o pessoal dispararam, passaram de 2.948.545,00 euros, em 2009, para 3.666.189,00 em 2021, mais 717.644,00 euros, ou seja, as despesas com o pessoal aumentaram 24,33%.

Recordando aqui um comentário, do então Vereador Gonçalo Rocha, no final de mandato 2005-2009, o mesmo dizia: “Mais, olhando para a formação de vários Funcionários na categoria de Técnicos e Técnico superiores, também não se percebe como é que foram admitidos, dado não existir trabalho correspondente à sua formação”. Mas disse mais: “Em termos de salários, cada técnico superior dava, neste momento, para contratar três operários para as obras. Digo, neste momento, porque no futuro com os aumentos na progressão da carreira, daria para mais operários. No total, poderíamos ter mais quarenta e oito funcionários a trabalharem nas obras e poderíamos ter, no mínimo, cinco trabalhadores em cada Freguesia.”

E o que acontece no final do ciclo político, mantiveram todos os técnicos superiores que em 2008, o Dr. Gonçalo Rocha dizia não existir trabalho à sua formação, como aumentaram os técnicos superiores do Município, aumentaram o número dos funcionários a trabalhar no edifício dos Paços do Concelho e emagreceram drasticamente o número de funcionários afetos às obras municipais.

Por tudo isto, justifico assim o meu voto contra às contas de gerência de 2021, estranhando o facto do Executivo do PSD ter votado a favor das mesmas na passada sexta-feira, quando nos últimos quatro anos votou



contra, suportando essas decisões, entre outras, com muitas das justificações que atrás apresentei.”

**7. Apreciação e deliberação - Proposta para a isenção de juros, taxas de justiça e demais encargos nos processos de execução fiscal.**

Presente uma proposta do Sr. Presidente da Câmara que ficará arquivada na pasta anexa à presente ata.

O membro José António Rocha (GMPS) usou da palavra para dizer que ficou com dúvidas sobre a oportunidade desta proposta, quando talvez ainda não há um ano a AM tomou uma deliberação idêntica.

Referiu que um dos fundamentos da proposta é de que a Administração Central tem tomado idênticas medidas, tendo dito que mesmo agora durante a pandemia a Administração Fiscal não tomou nenhuma medida de isenção de juros ou de custas, muito menos de taxas ou de impostos.

Acrescentou que durante a discussão do ponto anterior, ouviu fazer referência ao aumento das dívidas de água.

Lembrou que relativamente à cobrança destas taxas, há a possibilidade do Município passar essa cobrança para a Autoridade Tributária, tendo perguntado se a Câmara Municipal está a pensar nessa possibilidade.

O membro Jorge Quintas (GMPM) usou da palavra para dizer que o GMMPM acolheu esta medida como sendo muito positiva, porque é preciso facilitar um pouco a vida aos Paivenses, já que está cara, devido não só à questão da pandemia, mas também devido à guerra na Ucrânia, que tem originado uma subida dos preços que se reflete nos orçamentos familiares.

Deu nota da dívida de Paivenses no montante de 300.000,00€ pela prestação do serviço de abastecimento de água, referindo que o problema da água é muito complicado, porque na anterior sessão da AM, o Sr. Presidente da Câmara informou que a Câmara Municipal pagava 1.700.000 m<sup>3</sup> de água, e recebia 600.000 m<sup>3</sup>, o que representa um desperdício de 1.100.000 m<sup>3</sup> de água, que é exagerado.



Salientou que a Câmara Municipal deve atuar rapidamente nas fugas da água, e em fomentar o gasto racional da água.

Referiu que o Sr. Presidente da Câmara disse que quem tiver a possibilidade de liquidar a dívida até ao dia 30 de setembro ficará isento do pagamento de juros e taxas de justiça, mas que essa dívida teria que ser paga na íntegra, tendo questionado se não há a possibilidade de um pagamento por conta tipo pagamento prestacional.

Perguntou se um Paivense que já veio falar com ele não pode pagar a dívida que tem nos próximos cinco meses que faltam sem ter um agravamento?

(Disse que o Sr. Presidente da Câmara lhe estava a dizer que não.)

Defendeu que era útil dar a possibilidade de pagar de forma faseada.

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que do montante em dívida de 300.000,00€, cerca de 182.000,00€ reportam-se aos anos de 2020 e 2021, ou seja, mais de 50%, dai a necessidade desta medida.

Salientou que não é só dar a oportunidade aos Paivenses de cumprirem com as suas obrigações, há que a seguir tomar medidas, como por exemplo, e como referiu o membro José António Rocha (GMPS), no sentido da dívida passar a ser cobrada por outros meios.

Concordou que é preocupante os cerca de 1.100.000 m<sup>3</sup> de água que se desperdiçam anualmente, sendo que o executivo tem tido uma preocupação muito grande na reparação ou substituição de algumas condutas de água. Disse que desde a última AM fizeram 96 reparações de condutas de água, e cerca de 300 intervenções desde o início do mandato, com os custos que lhe são inerentes.

Informou que o que está previsto na proposta é o pagamento integral da dívida para se poder ter o perdão dos juros e das taxas de justiça, havendo a possibilidade, até o dia 30 de setembro, por ventura, de haver essa modalidade de perdão, mas as prestações tem que ser pagas até essa data.



Deu nota que muitos municípios estão a pedir o pagamento em prestações, só que algumas dessas dívidas são avultadas, pelo que estão a pedir o pagamento no período entre um a dois anos.

O membro Rodrigo Pereira (GMMPM) usou da palavra para dizer que pretendia colocar uma situação muito concreta relativamente aos pagamentos por conta, não em prestações, ou seja, é um meio prestacional, mas que não se prolonga para além de 30 de setembro.

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que a maior parte dos municípios que está optar pelo sistema de prestações, está pedir prazos de pagamento de um, dois, três anos. Referiu que até 30 de setembro podem pagar prestacionalmente sem a cobrança de juros e taxas de justiça.

O membro Rodrigo Pereira (GMMPM) referiu que não foi essa a resposta à questão efetuada pelo membro Jorge Quintas (GMMPM).

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que então retificava a sua resposta, pelo que, quem quiser pagar em prestações até ao dia 30 de setembro de 2022 a totalidade da dívida, fica isento do pagamento de juros e taxas de justiça.

O membro Rodrigo Pereira (GMMPM) disse que entendia, mas que não tinha sido isso que tinha sido dito.

O membro José António Rocha (GMPS) interveio novamente para confirmar que a ultima deliberação que a AM tomou sobre esse assunto foi em junho de 2021, exatamente com os mesmos fundamentos e com o mesmo prazo.

**Deliberação:** Apreciada e aprovada por unanimidade.

**8. Apreciação e deliberação - Proposta para a integração do Saldo da Gerência do ano de 2021.**

Presente uma proposta da Câmara Municipal que ficará arquivada na pasta anexa à presente ata.

A Vereadora Liliana Vieira deu uma breve explicação relativamente a este ponto, em consonância com o conteúdo da informação dos serviços.



O membro Paulo Teixeira (UCPT) usou da palavra para dizer que o seu voto neste ponto seria o da abstenção, pelo facto de não ter sido feito nos últimos anos o inventário do património, e pelo facto do último parágrafo do Relatório de Gestão não estar muito claro em relação ao que está escrito na proposta.

**Deliberação:** Apreciada e aprovada por maioria com 22 votos a favor e 5 abstenções (3 do GMMPM e 2 do UCPT).

*9. Apreciação e deliberação - Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Castelo de Paiva – Pagamento de faturas devidas pelo fornecimento de água (requerimento).*

Presente uma proposta da Câmara Municipal que ficará arquivada na pasta anexa à presente ata.

O Sr. Presidente da Câmara deu uma breve explicação relativamente a este ponto, em consonância com o conteúdo da informação dos serviços.

O membro José António Rocha (GMPS) usou da palavra para solicitar mais esclarecimentos sobre a proposta, designadamente, qual é a razão da mesma, e porquê agora?

Disse que se forem a aceitar este perdão, a seguir vem outra instituição qualquer com o mesmo argumento, porque pelos fins meritórios da atividade que exerce também tem direito ao não pagamento da água.

Lembrou que os Bombeiros fazem transportes que cobram, têm uma clínica.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que os motivos estão expressos na carta da Associação que foi enviada aos membros da AM.

Explicou que o processo foi despoletado por uma carta que foi enviada pelo Município a todas os munícipes e entidades que têm dívidas de água para com o Município.

Ressalvou que a única instituição de Proteção Civil do nosso conselho são os Bombeiros Voluntários de Castelo de Paiva.

*Ricardo  
JPK*



Salientou que a inexistência de um contador independente na boca-de-incêndio, impossibilita aferir quanta água foi consumida para a Proteção Civil e quanta água foi consumida na clínica ou no quartel dos bombeiros. Informou que todas as outras associações e instituições, principalmente as de cariz social, já têm uma tarifa diferenciada para o consumo de água. Concluiu, referindo que a Câmara Municipal propõe a aprovação desta proposta e a colocação de contadores para que possam aferir em concreto o que é gasto no âmbito da Proteção Civil e o que é gasto nos edifícios, tendo os bombeiros que suportar o custo da água que é gasta nos edifícios. O membro Ângelo Fernandes (GMPS) usou da palavra para perguntar se um dos contadores que vai ser colocado é para os bombeiros lavar e abastecer viaturas?

Perguntou também se a água usada pela Proteção Civil é água potável? O membro José António Rocha (GMPS) interveio novamente para dizer que pelo que percebeu a Câmara Municipal está disposta a perdoar a dívida com a condição da colocação dos três contadores.

Perguntou quando é que essa decisão foi tomada, e quando é que serão colocados os contadores?

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que os contadores vão ser colocados no imediato, e que a decisão foi tomada aquando da recessão da missiva por parte dos bombeiros.

Respondendo à questão do membro Ângelo Fernandes, confirmou que a água da boca-de-incêndio é potável. Referiu que vão tentar ligar água de nascente da Quinta do Pinheiro para evitar gastos com essa boca-de-incêndio.

**Deliberação:** Apreciado e aprovado por unanimidade.

**10. Descentralização de competências no domínio da educação – Contratos interadministrativos de delegação de competências.**

Presente uma proposta da Vereadora Liliana Vieira que ficará arquivada na pasta anexa à presente ata.



A Vereadora Liliana Vieira deu uma breve explicação relativamente a este ponto, em consonância com o conteúdo da proposta.

O membro Paulo Teixeira (UCPT) usou da palavra para perguntar se os órgãos próprios dos agrupamentos já aprovaram a minuta. Disse que faz parte do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Castelo Paiva e o assunto ainda não foi a esse órgão.

Deu nota que desde 2009 que é contra a delegação de competências na educação e na área da saúde.

Deu também nota que não vê o orçamento financeiro anexo às minutas dos contratos.

Perguntou como é que a Câmara Municipal pondera resolver a questão da substituição dos funcionários, porque sabe da dificuldade que uma Câmara Municipal tem se tiver um funcionário doente por meio ano, como é que vai fazer?

Questionou quais são os valores que vêm do Ministério da Educação?

Referiu que tinha dúvidas se a lei dos compromissos permite à Assembleia Municipal assumir este cheque em branco, relembrando que já houve faturas de 9.000,00€/mês para o aquecimento, e quando a Parque Escolar não transfere o dinheiro, os alunos têm que ir de kispo e de cobertores para a escola.

Salientou que relativamente à reabilitação dos edifícios escolares, não sabem como é que está a escola EB2/3 do Couto Mineiro do Pejão dezanove anos depois de ter sido inaugurada.

Agradeceu o relatório que o Sr. Presidente da Câmara lhe enviou sobre os equipamentos desportivos do concelho, alguns deles inaugurados depois da escola EB2/3 do Couto Mineiro do Pejão, tendo referido que a partir de amanhã nenhum dos seus filhos vai frequentar alguns daqueles equipamentos.

Referiu que o Governo se limita a dizer que as verbas a transferir foram as acordadas com a “ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses”. Perguntou quais foram essas verbas? Disse que, no fundo, o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
CASTELO DE PAIVA

Fls. 89

Governo está a passar a responsabilidade nesta área sem o respetivo envelope financeiro.

Salientou que vão ser criadas verdadeiras injustiças entre os trabalhadores das escolas e os municipais, designadamente, ao nível da avaliação (SIADAP), porque quem faz a avaliação final numa escola é a Diretora do agrupamento; se a pessoa quiser recorrer, recorre para o Presidente da Câmara: como é que o Presidente da Câmara vai saber como é que o funcionário se comportou, questionou? Pergunta à Diretora da escola, mas esta já deu já deu avaliação negativa, pelo que, não vai dar avaliação positiva, porque vai criar divergências complicadas.

Deu nota que a cláusula segunda fala na delegação de competências na Diretora do Agrupamento. Disse que a Diretora do Agrupamento de Escolas Castelo de Paiva, ou do Couto Mineiro, se quiser ir de férias tem que pedir autorização ao Conselho Geral; é o Conselho Geral do Agrupamento que aprova o Orçamento e as contas da escola, tendo questionado como é que estão a delegar competências numa diretora que não tem essa competência, é responsabilidade do Conselho Geral.

Referiu que as IPSS estão representadas no Conselho Geral, sendo que notou que as refeições escolares do Agrupamento vão ser geridas pela Senhora Diretora. Disse que, neste momento, quem faz a gestão das refeições é a Câmara Municipal com as IPSS nos protocolos do primeiro ciclo, mas que está tudo englobado na minuta do contrato, pelo que devia-se separar aquilo que são as refeições na escola secundária e na antiga escola EB2/3, das refeições que são do primeiro ciclo, porque o serviço de refeições é muito importante para as IPSS.

Relativamente às obras que não constituam empreitadas, disse que não sabe se por exemplo a escola EB2/3 do Couto Mineiro precisa de obras de pequena reparação ou outras, porque não há nenhum relatório que lhes diga isso, não sabendo, porque a Câmara Municipal vai pagar contra fatura, se isso vai aumentar, ou não, a despesa municipal.



Manifestou as suas dúvidas sobre se este documento vai servir uma melhor funcionalidade no âmbito da delegação de competências, como também ao nível do aumento do endividamento municipal, porque sabe quanto é que se paga por ano de combustíveis, eletricidade, sem que a Parque Escolar dê resposta, tal como não dá resposta às necessidades de investimento na escola, tal como não dá resposta à necessidade de se comprar uma máquina que custa menos de 2.000,00€ para pôr mais um torniquete na entrada para os alunos saírem.

A Vereadora Liliana Vieira esclareceu que no que concerne às refeições, a delegação de competências é no âmbito do 2.º e 3.º Ciclo mais o secundário, tal como está plasmado no Decreto-lei, ou seja, a responsabilidade pelo 1.º ciclo já era do Município e vai-se manter. Disse que não estão a delegar nas Senhoras Diretoras a responsabilidade das refeições que são servidas pelas nossas IPSS, e bem, no âmbito do fornecimento de refeições ao 1.º Ciclo.

Explicou que em termos de SIADAP, antes até da delegação de competências, existem funcionários do Município que estão afetos a Jardins-de-Infância, cuja avaliação já era feira pela Senhora Diretora por uma questão de maior proximidade ao trabalho que é desenvolvido por essas funcionárias.

No que concerne à substituição de funcionários que possam não estar disponíveis ao serviço em algum período, esclareceu que desde o dia 1 de abril já tiveram duas pessoas com deferimento para aposentação. Disse que têm de otimizar recursos internamente, alocando temporariamente funcionários às escolas.

Em relação aos custos, disse que têm mantido vários contactos com o Sr. Delegado da Dgeste, havendo um compromisso entre as partes no sentido de que mediante as reuniões que vão manter durante o próximo ano numa comissão de acompanhamento da descentralização das competências, que é obrigatória após a assunção dessas responsabilidades, havendo valores que não correspondam aos custos que o Município está a ter, esses valores vão

*[Handwritten signature]*

ser reportados à Dgeste, que por sua vez os vai analisar e liquidar ao Município.

Informou que a minuta do contrato interadministrativo foi celebrada no âmbito de uma reunião que houve entre a Câmara Municipal e as Senhoras Diretoras dos Agrupamentos.

Salientou que quando o executivo chegou à Câmara Municipal tinha uma delegação de competências para assumir, e dentro daquilo que foi o seu trabalho, tentaram corresponder a todas as necessidades sem onerar, nem sobrecarregar, nenhuma das partes com as responsabilidades que vão assumir.

Deu nota que fizeram chegar às instâncias superiores um relatório do estado da escola EB2/3 do Couto Mineiro, designadamente, para o Senhor Delegado da Dgeste. Disse que terão de encetar outros contatos para resolver a situação de possíveis financiamentos para a realização de obras de melhoria do espaço.

Informou que no dia 3 de janeiro esteve na Dgeste e que quando lá chegou não havia margem para negociação de valores, pelo que vão negociar ao longo do próximo ano eventuais valores que não sejam suficientes.

Concluiu, referindo que está a acompanhar o processo, o Município não assumiu estas responsabilidades de ânimo leve, há muitas questões ainda a debater, mas que face ao tempo que tiveram para assumir as competências, esta foi a melhor forma que encontraram para que não haja interrupção do bom funcionamento das aulas, e que nenhum aluno em Castelo de Paiva seja prejudicado por causa de uma delegação de competências.

***10.1. Apreciação e deliberação - Proposta de celebração de contratos interadministrativos de delegação de competências com os Agrupamentos de Escolas de Castelo de Paiva.***

**Deliberação:** Apreciada e aprovada por maioria com 21 votos a favor, 5 abstenções (4 do GMMPM e 1 do UCPT) e 1 voto contra (UCPT).

***10.2. Apreciação e deliberação - Minutas dos contratos.***



**Deliberação:** Apreciadas e aprovadas por maioria com 21 votos a favor, 5 abstenções (4 do GMMPM e 1 do UCPT) e 1 voto contra (UCPT).

**11. Informação para apreciação e conhecimento da AM:**

**11.1. Regulamento de funcionamento da Equipa para a Igualdade da Vida Local.**

Presente o regulamento em título cuja cópia ficará arquivada na pasta anexa à presente ata.

**Deliberação:** A AM tomou conhecimento.

O membro José António Rocha (GMPS) ausentou-se da sessão a partir desta altura.

**11.2. Proposta de alargamento do âmbito da aplicação do suplemento de penosidade e insalubridade.**

Presente uma proposta do Sr. Presidente da Câmara que ficará arquivada na pasta anexa à presente ata.

**Deliberação:** A AM tomou conhecimento.

**11.3. Compromissos Plurianuais – 1.º Trimestre de 2022**

Presente a relação dos compromissos plurianuais referentes ao 1.º Trimestre de 2022 que ficará arquivada na pasta anexa à presente ata.

**Deliberação:** A AM tomou conhecimento.

**11.4. Tribunal de Contas - Relatório de Auditoria para Apuramento de Responsabilidade Financeira no âmbito da celebração de contratos de aquisição de bens e serviços.**

Presente o relatório em título que ficará arquivado na pasta anexa à presente ata.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para dizer que este ponto foi introduzido por solicitação do membro Paulo Teixeira (UCPT), estando em causa a apreciação por parte da AM do relatório da auditoria elaborado pelo Tribunal de Contas para apuramento de responsabilidade financeira no âmbito da celebração de contratos de aquisição de bens e serviços, do qual teve conhecimento em devido tempo, tendo-o remetido para conhecimento a todos membros da Assembleia Municipal.



Fls. 91

*[Handwritten signature]*

De seguida, deu a palavra aos membros que quisessem intervir.

O membro Paulo Teixeira (UCPT) usou da palavra para agradecer ao Sr. Presidente da AM por ter incluído este ponto na ordem de trabalhos.

Deu nota que independentemente do processo estar agora no Ministério Público que analisará as questões levantadas pelo Tribunal de Contas, que convinha referir que esta auditoria cingiu-se a uma denúncia de situações específicas e num período muito curto em termos temporais, entre 19 de julho de 2017 e 27 de março de 2018.

Informou que essa auditoria constatou que o Município assumiu diversos compromissos sem dispor de fundos disponíveis, violando o D.L. 127/2012, e por isso, a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, violando ainda as normas de contratação pública que impedem que os procedimentos pré-contratuais tenham lugar após a realização da prestação de serviço pelo contratante.

Referiu que nesse mesmo período, no âmbito das mesmas iniciativas, não terá respeitado a ordem e as fases da despesa, nomeadamente, por a assunção do compromisso ocorrer vários meses após a efetiva execução física, violando normas do POCAL.

Disse que o relatório faz referência que foram poucos os contratos analisados ao longo da auditoria, e que as ilegalidades apontadas são, na sua maioria, transversais a todos os contratos analisados, diz o Relatório que face a este cenário resulta um risco elevado de serem praticadas, de forma sistemática, nos demais procedimentos de contratação pública do Município.

Deu nota que na Assembleia Municipal de dezembro de 2021 e na sessão de fevereiro de 2022, alertou para um facto que tem a ver com um parecer solicitado com carácter de urgência no dia 2 de julho de 2021, pelo anterior Presidente da Câmara. Disse que o trabalho é datado de 5 de julho de 2021, por um advogado, que também era à época consultor do escritório de advocacia do então Presidente da Assembleia Municipal.



Salientou que não há nenhuma evidência nos documentos que lhe foi possível consultar e que lhe foram mostrados pela responsável da contabilidade, da forma como o referido parecer chegou ao Município: o atual Presidente da AM disse-lhe que foi por e-mail, mas ninguém lhe mostra esse e-mail, nem o original desse parecer.

Referiu que no dia 23 de agosto de 2021 há uma troca de e-mails (um para cada lado) entre a Câmara Municipal e o advogado em que é abordado o pagamento deste trabalho; que no dia 16 de setembro de 2021, a Câmara Municipal recebeu um e-mail do advogado e este refere-se a serviços prestados por ele, entre 1 e 4 de julho de 2021, indicando o valor dos honorários prestados que pretende cobrar, a saber: 2.000,00€, mais IVA (total 2.460,00€); que a requisição deste serviço, datado de 5 de julho de 2021, tem o n.º 769/2021, e já foi feita pelo atual executivo; que o serviço prestado foi adjudicado (com caráter de urgência) pelo atual Presidente da Câmara, assinatura do Presidente da Câmara, Eng.º José Rocha, no dia 26 de novembro de 2021 e a requisição deste serviço é assinada pela Vereadora Liliana Vieira, no dia 2 de dezembro de 2021.

Referiu que esta despesa assumida em julho pelo então Presidente da Câmara, Dr. Gonçalo Rocha, s.m.o., não respeitou a lei dos compromissos em vigor para as autarquias locais.

Informou que o pagamento desta despesa já foi feita por quem a legalmente requisitou, e que no dia 9 de dezembro de 2021, o Dr. Gil Moreira dos Santos emitiu um recibo.

Referiu que por aqui se pode ver que algo que o relatório de auditoria do Tribunal de Contas refere, continua a ser prática no Município, e citou: "... os procedimentos pré-contratuais têm lugar após a realização da prestação de serviço pelo contratante".

Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se tem conhecimento de mais exemplos iguais a este que referiu, herdados pelo seu executivo (já para não falar no que se fala ter acontecido no Natal, primeiro assume-se a despesa depois trata-se da contratualização)?



Fls. 92

Disse que Sr. Presidente da Câmara recebeu no início de fevereiro o relatório de auditoria e o mesmo determinava que o Presidente da Câmara Municipal comunique ao Tribunal, no prazo de 180 dias, as medidas adotadas para acolhimento da recomendação do Tribunal de Contas, nomeadamente, a implementação de um sistema de controlo interno, designadamente, em matéria de contratação pública, pelo que, tendo em conta que já se passaram cerca de 60 dias, questionou o que é que já foi feito no sentido de criar um sistema de controlo interno?

O Sr. Presidente da AM interveio novamente para dizer que relativamente aos documentos que foram solicitados, que transmitiu todos os documentos que lhe foram disponibilizados.

Disse que o pedido foi feito diretamente pelo anterior Presidente da Câmara, e que foi essa a informação que pediu no âmbito do que é o direito de acesso à informação pelos membros da Assembleia, pelo que, não há qualquer falha da sua parte.

O membro Rocha Pereira (GMPS) usou da palavra para dizer que estão a falar de um processo não findo, e estando em causa atos praticados pelo Dr. Gonçalo Rocha, o GMPS não podia deixar de dar alguns esclarecimentos sobre esta matéria.

Disse que isto decorre de uma denúncia anónima que foi feita e que punha em causa cinco situações concretas: primeira, o Festival das Gerações, que tem que ver com o aluguer e montagem e desmontagem de oito tasquinhas; segunda, o Passeio Sénior de agosto de 2017; terceira, a passagem de ano de 2017/2018; quarta, o Baile de Réis de 6 de janeiro de 2018; quinta, a aquisição de bens e serviços de uma obra de arte pública na Rotunda da Boavista.

Deu nota que em relação a estas cinco situações, é referido no relatório que no que respeita à obra de arte, não se encontram indícios de qualquer situação irregular. Disse que o que está em causa são as outras quatro situações.

*[Handwritten signature]*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
CASTELO DE PAIVA

Fls. \_\_\_\_\_

Salientou que há uma coisa que é impressionante: se fizerem a soma destes valores, estarão em causa 30.000,00€.

Disse estão a falar da preterição de meras formalidades legais, o que é muito importante para todos os autarcas e membros do executivo; sobremaneira para quem é membro de Junta de Freguesia, para quem faz parte das Câmaras Municipais, porque muitas das vezes a intenção e a vontade em fazer as coisas tem de ser devidamente acautelada, de modo que, sem intenção, muitas vezes se cometam erros que depois geram incómodos.

Questionou se alguém acha que este Presidente da Câmara, ou o que virá a seguir, deixará de fazer o Passeio dos Idosos por esta razão? Disse que em 2016 havia limite, que no Orçamento de Estado para 2017 foi proibido que esses valores fossem ultrapassados.

Deu nota que é evidente que como é referido, e muito bem, trata-se de uma mera questão formal, importando também ter em conta que todas as despesas em causa foram integralmente pagas, não transitou para o executivo seguinte um centímo que fosse relativamente esses contratos. Salientou que o que se colocava a quem teve que decidir era fazer, ou não fazer, sendo que, por ventura, se alguns dos presentes fossem confrontados com essa situação tomariam a decisão de não fazer, mas o Presidente da Câmara da altura, por ventura, sabendo que havia ali formalismos que não estavam a ser respeitados manteve as práticas anteriores, e que isso é revelador de coragem, porque é função dos autarcas estarem disponíveis para correr riscos, desde que em prol e do interesse das respetivas populações.

Dava uma nota de rodapé que tem a ver com um aspeto que foi referido pelo membro Paulo Teixeira (UCPT), que acha que deve ser ponderado por todos os autarcas de órgãos executivos municipais: efetivamente o tribunal faz recomendações e essas recomendações devem ser acatadas.

Alertou os membros dos executivos para que sejam cuidadosos, sejam cautelosos, ponderem bem, porque são confrontados, e os membros da AM



Fls. 93

também, com um rol interminável de leis, de exigências, e os Orçamentos de Estado impõe condições para o ano seguinte e depois são sucessivamente alterados, o que obriga a ter muito cuidado, sendo esta, a seu ver, a principal lição a extraír daqui.

**Deliberação:** A AM tomou conhecimento.

#### Período de Intervenção do Público

##### *12. Intervenção do Público.*

O munícipe Carlos Novais, residente da UF de Sobrado e Bairros, usou da palavra para solicitar ao Sr. Presidente da Câmara um ponto de situação relativo à desagregação de freguesias. Disse que foi com alguma satisfação que soube que a Assembleia de Freguesia da Raiva, Pedorido e Paraíso fez uma assembleia extraordinária onde se debateu o tema, e que amanhã realizar-se-á uma Assembleia de Freguesia da UF de Sobrado e Bairros, pelo que queria saber a opinião do executivo e o que é que foi feito até agora.

Deu nota que numa das últimas reuniões de Câmara o Sr. Presidente da Câmara referiu que este ano não poderemos ter praias fluviais licenciadas no nosso concelho, porque na praia do Choupal a qualidade da água baixou de boa para razoável, e no Castelo baixou de razoável para fraca.

Referiu que viu, e muito bem, que foram feitas algumas intervenções no Castelo, mas aquilo que é classificado como qualidade fraca da água acarreta alguma responsabilidade de saúde pública. Disse que o local é muito visitado, e muita gente vai até à água porque não há informação explícita e clara por parte da Proteção Civil municipal, que é da sua competência, sobre a qualidade da água.

Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se já encetou algum tipo de ação sobre esta matéria, de informação à população sobre qual é a qualidade da água naquele local?

Informou que ouviu recentemente o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Gaia referir com muita preocupação que o Orçamento de Estado não



Fls. \_\_\_\_\_

contemplou o brutal aumento de custos decorrentes da inflação, principalmente na questão das obras públicas.

Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se todas as obras para as quais existe compromisso se irão realizar, porque na última reunião de Câmara veio uma nova revisão de preços, e se o Município terá capacidade financeira para suportar o brutal aumento de custos das várias obras em curso, e algumas delas recentemente anunciadas, cujos orçamentos estarão muito abaixo daquilo que é a realidade de hoje do mercado.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para esclarecer que em relação ao ponto de situação da desagregação de freguesias, como é público a UF da Raiva, Pedorido e Paraíso já fez duas Assembleias de Freguesia acerca do tema, e que também é público que é a favor das nove freguesias e não abdica disso.

Deu nota que o executivo tem acompanhado o processo, tendo recordado que a Assembleia de Freguesia de Sobrado em Bairros já tinha reunido no ano de 2021, tendo deliberado por unanimidade pela desagregação. Informou que pediram um parecer para saber se essa deliberação pode ser mantida ou se há a necessidade de fazer uma nova Assembleia para debater o assunto, estando a aguardar a resposta.

Informou também que o Sr. Presidente pretende agendar nova sessão da Assembleia de Freguesia de Sobrado e Bairros, tendo a certeza que irão conseguir o mesmo resultado da Assembleia anterior.

Em relação à sinalética das praias fluviais, esclareceu já foi colocada sinalética de que é uma praia não vigiada, que não é aconselhável para banhos. Disse que já foi pedida uma nova análise à água, mas não sendo uma praia, não tem vigilância, e antes da época balnear começar a Câmara Municipal no âmbito da Proteção Civil, tanto no Choupal, como no Castelo, irá colocar a sinalização adequada para o efeito.

Explicou que as revisões de preços decorrem da lei e há limitações para o valor total das revisões de preços.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
CASTELO DE PAIVA

Fls. 94

Disse que o aumento dos preços dos materiais, da mão-de-obra, dos combustíveis, causam-lhe preocupação, até porque está a decorrer um concurso para a requalificação da escola EB2/3 que se cifra muito perto de 1.800.000,00€, podendo haver ali uma revisão de preços que dificulte a gestão do dinheiro municipal.

Felizmente, disse, já têm a obra de requalificação do Cavalete do Fojo adjudicada, tal como a obra do alargamento do cemitério de Sobrado, esperando que dentro das limitações que vão tendo consigam conclui-las.

Salientou que, infelizmente, o Governo não teve esses aumentos em consideração, bem como as dificuldades que os municípios passam neste momento, até para terem empreiteiros a concorrer aos concursos. Disse que muitos concursos públicos têm ficado desertos, tendo dado o exemplo do aumento de 100.000,00€ na obra de requalificação do Cavalete do Fojo em relação ao que é financiado.

A sessão foi encerrada às 1:25 horas, tendo-se aprovado, por unanimidade, a minuta, nos termos e para os efeitos previstos no nº.3, do artigo 57º. da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente,

O 1º. Secretário,

A 2ª. Secretária,

Ana Joaquina Pinto da Rocha

Mandato 2021/2025  
Ata n.º 5  
27.04.2022



ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
CASTELO DE PAIVA

Fls. \_\_\_\_\_

*[Handwritten signature in blue ink, appearing to be a cursive version of the name 'José Luís Gomes da Silva']*